



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

Ministério das Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos

NOTA DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL

Abril

2021

Abril
2021

**NOTA DO ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL**

Governo da Guiné-Bissau

Ministério das Finanças

Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (CEMO)

Presidente do Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental

DGPEE

A presente Nota, produzida pelo Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental, espelha os resultados da evolução e perspectivas económicas e financeiras da República da Guiné-Bissau, num horizonte de medio prazo.

Comité do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental 2021

Nota Periódica (Abril de 2021)

Índice

SIGLAS E ABREVIACÕES	I
RESUMO EXECUTIVO.....	III
INTRODUÇÃO.....	1
1. AMBIENTE ECONOMICO INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE	2
1.1. AMBIENTE ECONOMICO INTERNACIONAL.....	2
1.2. AMBIENTE ECONOMICO REGIONAL.....	2
2. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	3
2.1. CRESCIMENTO ECONOMICO E INFLAÇÃO	3
2.2. FINANÇAS PUBLICAS E DIVIDA	6
2.3. CONTA EXTERNA	7
2.4. SITUAÇÃO MONETARIA	7
3. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2021-2024.....	9
3.1. OBJETIVOS DA POLITICA ECONOMICA E ORÇAMENTAL	9
3.2. PRINCIPAIS HIPOTHESES ECONOMICAS DO CENARIO BASE	10
3.3. CRESCIMENTO ECONOMICO E INFLAÇÃO	11
3.4. FINANÇAS PUBLICAS E DIVIDA	13
3.5. BALANÇA DE PAGAMENTOS	15
3.6. SITUAÇÃO MONETARIA	15
4. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS	17
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	19
5.1. CONCLUSÃO.....	19
5.2. RECOMENDAÇÃO.....	19
ANEXOS.....	21

Siglas e Abreviações

BAD	:	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	:	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BdP	:	Balança de Pagamentos
BM	:	Banco Mundial
BOAD	:	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CEMO	:	Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental
DGA	:	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	:	Direção Geral das Contribuições e Impostos
FAO	:	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	:	Fundo Monetário Internacional
GBI	:	Agência Guineense de Promoção de Investimento
IHPC	:	Índice Harmonizado do Preço no Consumidor
INE	:	Instituto Nacional de Estatística
NEMO	:	Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental
PIB	:	Produto Interno Bruto
PND	:	Programa Nacional de Desenvolvimento
PP	:	Pontos Percentuais
PTF	:	Parceiros Técnicos e Financeiros
SILSS	:	Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel
SIM	:	Situação Monetária
TOFE	:	Tabela das Operações Financeiras do Estado
UEMOA	:	União Económica e Monetária Oeste Africana
WFP	:	Programa Alimentar Mundial

Lista das tabelas

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores;

Tabela 2: Evolução das finanças públicas, em mil milhões de FCFA;

Tabela 3: Principais hipóteses do cenário de base “base line”;

Tabela 4: Evolução das Finanças Públicas e perspectivas;

Tabela 5: Perspetivas de financiamento e amortizações;

Tabela 6: Quadro de comparação das hipóteses / 3 cenários.

Gráficos

Gráfico 1: Evolução do PIB real e inflação 2015-2020

Gráfico 2: Evolução comparativa das atualizações das taxas de crescimento real em 2020

RESUMO EXECUTIVO

Em 2020, a atividade económica registou finalmente uma contração menos forte do que esperada. O crescimento económico em termos reais foi de -1,4% (*contra -2,3% anunciada nas projeções de setembro último*) mas abaixo do cenário anterior ao choque (5,6%) bem como da realização de 2019 (4,5%).

O *setor primário* afirmou-se como o elemento atenuador da queda antecipada em setembro último, tendo contribuído com 1,13 pontos (contra 0,08 para o setor secundário e -2,12 para o setor terciário). A atividade económica desenrolou-se num contexto de subida, embora moderada, de preços no consumidor. A taxa de inflação média anual atingiu 1,5% contra 0,3% em 2019.

As receitas totais e donativos atingiram 132,8 mil milhões de FCFA contra 130,1 milhões de FCFA em 2019, um aumento de 2,1%. No concernente às despesas totais e empréstimos líquidos foram de 213,9 mil milhões de FCFA contra 161,8 mil milhões de FCFA no período homólogo, um aumento de 32,2%. Assim, o *Saldo global*, incluindo os donativos, deteriorou-se em 2020 tendo atingido -81,2 mil milhões contra -31,7 mil milhões de FCFA em 2019, passando a representar -9,1% do PIB nominal em 2020 (-3,7% em 2019).

Em 2020, a *balança de pagamentos* apresenta um saldo positivo de 52,7 mil milhões de FCFA contra -15,2 mil milhões de FCFA em 2019. A *massa monetária* aumentou de 33,2 mil milhões de FCFA (+9,1%) para se situar em 399,3 mil milhões de FCFA contra 365,9 mil milhões registados no ano anterior.

Para o ano económico de 2021, as projeções revistas antevêem um crescimento do PIB real de 3,3%. A retoma da atividade económica vai-se prosseguir, mas a um ritmo lento e progressivo. A agricultura continuará a exercer o papel impulsionador do PIB. A taxa de inflação média anual permanecerá abaixo do nível máximo estabelecido pela UEMOA ($\leq 3\%$).

As receitas e donativos são estimadas em 161,4 mil milhões de FCFA. Quanto aos gastos públicos para o ano 2021, situar-se-ão em 203,0 mil milhões de FCFA, ou seja, redução de 5,1% em comparação com o nível de 2020. A racionalização continuará a orientar as ações do executivo.

O *Saldo orçamental* para 2021 é estimado em -41,6 mil milhões de FCFA. A melhoria das receitas e a contenção das despesas são elementos de suporte desta previsão, que permitirá desde logo o país dar um sinal forte da sua determinação em voltar a cumprir com a norma comunitária que preconiza um rácio saldo global superior ou igual a -3% do Produto Interior Bruto (PIB).

O Saldo da balança de pagamentos deverá situar-se em -3,1 mil milhões de FCFA em 2021 e a massa monetária em 446,6 mil milhões de FCFA.

Embora as perspectivas sejam favoráveis, a estrutura da economia nacional permanece muito frágil devido, entre outros, a sua forte dependência a um único produto “castanha de caju”, que ainda mais é exportada no seu estado bruto. Esta dependência expõe mais de dois terços da população a choques dos termos de troca.

A Governo deve apostar numa estratégia de diversificação da economia, seja através de uma ascensão na cadeia de valor – com sistemas de apoio ao mercado e tecnologia agrícola – seja através de capitalização de outras oportunidades no setor agrícola, fundamentais para se impulsionar a resiliência da economia. A industrialização é uma outra importância crucial. Ela deve permitir a valorização do potencial em agropecuária e fazer da agricultura e da agroindústria os seus principais motores de crescimento.

Recomendação

- ***A curto prazo:***

- i. Reforçar a disciplina orçamental e preservar a sustentabilidade da dívida pública;
- ii. Imprimir maior controlo na execução das despesas e melhorar a fiscalização na arrecadação das receitas;
- iii. Acelerar o processo de transição fiscal em geral e de aplicação ainda em 2021 do IVA/TVA;
- iv. Privilegiar medidas para melhorar o acesso à educação e à saúde, fortalecer a proteção social.

- ***A médio e longo prazo:***

- i. Promover e incentivar o acesso ao crédito com apoio a transformação local dos nossos produtos de forma a contribuir para expansão da exportação;
- ii. Promover a mecanização agrícola por forma a apoiar a diversificação e lutar contra a insegurança alimentar;
- iii. Elaborar e implementar uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju por forma a reduzir a pobreza rural;
- iv. Aumentar significativamente o investimento em infraestrutura, incentivar a industrialização e melhorar o desenvolvimento urbano – para sustentar o crescimento inclusivo;
- v. Continuar e acelerar a reestruturação (liquidação, privatização, abertura de capital e contrato de gestão) do setor empresarial público.

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores

INDICADORES MACRO-ECONOMICOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Setor Real						
PIB nominal (em mil milhões FCFA)	885,1	894,5	932,8	988,7	1 051,8	1 118,8
PIB percapita (em mil FCFA)	491 301	485 823	495 721	514 103	535 174	556 974
PIB percapita (em U\$D)	838,3	844,7	862,1	886,4	922,7	960,3
(em variação anual)						
PIB nominal	3,6%	1,1%	4,3%	6,0%	6,4%	6,4%
PIB real 2015	4,5%	-1,4%	3,3%	5,2%	5,5%	5,7%
Setor primário	5,3%	3,2%	4,8%	4,1%	3,6%	3,0%
Caju	9,5%	-6,2%	5,3%	5,0%	2,4%	1,0%
Setor secundário	-0,1%	0,6%	-1,9%	7,6%	9,5%	13,8%
Setor terciário	5,9%	-4,6%	2,2%	5,6%	6,1%	5,8%
Deflator	-0,9%	2,5%	0,9%	0,7%	0,9%	0,6%
IHPC	0,3%	1,5%	1,9%	1,4%	1,3%	1,4%
Contas Externas						
(em mil milhões de FCFA)						
Exportações de bens FOB	145,8	115,0	125,7	133,5	136,9	136,6
Exportação da castanha de caju	130,7	110,4	120,6	128,4	130,9	131,0
Importações FOB	196,4	180,0	188,7	192,1	202,4	206,5
Saldo global - Balança de Pagamento	-15,3	52,8	-3,1	-16,6	-25,4	-21,1
Finanças Públicas						
(em mil milhões de FCFA)						
Receitas e Donativos	130,1	132,8	161,4	160,1	172,7	177,5
Receitas orçamentais	105,6	99,8	121,5	124,8	135,4	137,7
Receitas fiscais	79,1	67,8	87,1	95,4	103,7	105,3
Outras receitas (don. excluído)	26,5	32,0	34,4	29,3	31,7	32,3
Donativos	24,5	33,0	39,9	35,3	37,3	39,8
Despesas totais e empréstimos líquidos	161,8	213,9	203,0	211,8	222,4	231,9
Despesas correntes	123,6	147,9	141,0	140,4	144,1	148,8
Despesas capitais (recursos orçamentais)	1,8	9,9	12,0	14,4	17,3	17,3
Despesas capitais (recursos externos)	36,4	56,1	50,0	57,0	61,0	65,8
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-56,2	-114,1	-81,5	-87,0	-87,0	-94,2
incl. Donativos	-31,7	-81,2	-41,6	-51,7	-49,7	-54,4
(em % de PIB)						
Receitas e Donativos	14,7%	14,8%	17,3%	16,2%	16,4%	15,9%
Receitas orçamentais	11,9%	11,2%	13,0%	12,6%	12,9%	12,3%
Receitas fiscais	8,9%	7,6%	9,3%	9,7%	9,9%	9,4%
Outras receitas (don. excluído)	3,0%	3,6%	3,7%	3,0%	3,0%	2,9%
Donativos	2,8%	3,7%	4,3%	3,6%	3,5%	3,6%
Despesas totais e empréstimos líquidos	18,3%	23,9%	21,8%	21,4%	21,1%	20,7%
Despesas correntes	14,0%	16,5%	15,1%	14,2%	13,7%	13,3%
Despesas capitais (recursos orçamentais)	0,2%	1,1%	1,3%	1,5%	1,6%	1,5%
Despesas capitais (recursos externos)	4,1%	6,3%	5,4%	5,8%	5,8%	5,9%
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-6,4%	-12,8%	-8,7%	-8,8%	-8,3%	-8,4%
incl. Donativos	-3,6%	-9,1%	-4,5%	-5,2%	-4,7%	-4,9%
Estoque da Dívida Pública	60,9%	77,4%	81,0%	84,0%	88,2%	91,0%
Situação Monetária Integrada						
(em mil milhões de FCFA)						
Ativos Externos Líquidos	217,5	270,3	284,3	271,1	259,5	244,0
Credito Interno	197,7	194,4	217,6	240,5	263,8	273,9
Massa Monetária (M2)	366,0	399,2	446,6	474,1	492,6	495,4
(em % de PIB)						
Ativos Externos Líquidos	24,6%	30,2%	30,5%	27,4%	24,7%	21,8%
Credito Interno	22,3%	21,7%	23,3%	24,3%	25,1%	24,5%
Massa Monetária (M2)	41,4%	44,6%	47,9%	48,0%	46,8%	44,3%
Indicadores da Convergencia						
Saldo global incl. donativos (% PIE) >= -3%	-3,6%	-9,1%	-4,5%	-5,2%	-4,7%	-4,9%
Taxa de inflação médio anual <= 3%	0,3%	1,5%	1,9%	1,4%	1,3%	1,4%
Massa salarial /Receitas fiscais <= 35%	57,5%	78,1%	61,0%	57,6%	55,1%	56,4%
Dívida/PIB <= 70%	60,9%	77,4%	81,0%	84,0%	88,2%	91,0%
Taxa de pressão fiscal >= 20%	8,9%	7,6%	9,3%	9,7%	9,9%	9,4%
Memorandum						
Produção de caju (em mil toneladas)	202,5	190,0	200,0	210,0	215,0	217,2
Exportação oficial de caju (em mil toneladas)	195,5	155,0	180,1	190,0	191,2	192,1
Preço médio ao produtor de caju (FCFA/kg)	351	300	330	450	450	450
Preço médio de exportação de caju (U\$D/ton)	1115	1140	1100	1110	1130	1130

Fonte: Comité de Enquadramento Macroeconómico (CEM), abril de 2021

INTRODUÇÃO

O processo de pilotagem da economia em 2021 ocorre num contexto caracterizado pela existência de um programa de Governo que cobre a 10ª legislatura e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que constitui de maneira global guia de orientação das intervenções a nível interno e externo.

Os esforços tendentes a assegurar maior equilíbrio dos principais indicadores macroeconómicos confrontam-se com a necessidade de realização de investimentos no sector social e nas infraestruturas. Os desafios de realização dos investimentos decorrem da persistência da COVID 19 e do elevado nível da pobreza nas suas múltiplas dimensões.

O presente exercício de enquadramento macroeconómico faz enfoque: *i) na harmonização e consolidação do desempenho de 2020, ii) na atualização das previsões realizadas em setembro passado, relativas ao ano em curso, e iii) nas projeções para o período 2022-2024.* A formulação dos parâmetros, a identificação dos pressupostos e as recomendações de medidas que concorram para suplantir a contração da economia em 2020 e direcionar as dinâmicas para a senda de crescimento, tomaram em conta as recomendações de âmbito comunitário e as emanadas do Fundo Monetário Internacional. Essas articulações devem permitir ao país acordar com FMI um Programa de Crédito Alargado.

O carácter incipiente dos recursos a serem mobilizados internamente em relação ao fardo da massa salarial e as carências relativas ao acesso aos serviços essenciais de base, nomeadamente os da saúde, da educação, da proteção social, da energia e da comunicação é associado aos registos da segunda vaga de infeções a vírus da pandemia COVID 19 cujas consequências, retraio as atividades do sector do turismo, dos transportes e acentuou as incertezas sobre as intenções de consumo e investimento.

Do lado positivo, foram introduzidas medidas que traduzirão na melhoria da qualidade de despesas, sobretudo no que se refere a execução orçamental e os sectores beneficiários do programa de investimento público. O aumento da dotação destinada ao financiamento de investimento igualmente concorre para atenuar os efeitos da crise. Para alargamento da margem de manobra do Governo, foram introduzidos novos impostos relativos ao consumo audiovisual, das telecomunicações, para o desenvolvimento sustentável e da democracia.

À luz do envolvente acima descrito é que se fundamentou a atualização das previsões constantes no NEMO, organizada em cinco partes, a saber: A primeira parte apresenta o contexto económico internacional e regional, a segunda descreve a evolução recente da situação económica e financeira da Guiné-Bissau (2019 e 2020). A terceira parte apresenta as projeções para o período 2021-2024 com destaque para o ano de 2021, a quarta parte, analisa os cenários alternativos ao cenário de base. Na quinta e última parte, a nota destaca as lições aprendidas do quadro macroeconómico global e faz recomendações de medidas de política económica.

1. AMBIENTE ECONOMICO INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE

1.1. Ambiente económico internacional

A pandemia da COVID-19 continua a propagar-se por todo o mundo. Algumas regiões estão a registar um aumento acentuado de infeções, e o número de novos casos por dia permanece elevado. Como resultado, a atividade económica global permanecerá por um período prolongado abaixo das tendências registadas antes da pandemia.

De acordo com as projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em abril do ano corrente, após uma contração estimada de 3,3% em 2020, a economia mundial deve crescer 6,0% em 2021 e 4,4% em 2022. A intensidade da recuperação variará de país para país, dependendo da gravidade da crise sanitária, da eficácia das medidas de apoio, da exposição às repercussões transfronteiriças, e das características estruturais dos países no início da crise.

Para os países avançados, as baixas de produção serão menos acentuadas dada a forte intervenção governamental e a elevada disponibilidade prevista de vacinas a partir do segundo trimestre de 2021. As projeções de crescimento para 2021 apontam o seguinte: Estados Unidos de América 6,4%; Alemanha 3,6%; França 5,8%; Itália 4,2%; Espanha 6,4%, Japão 3,3%; Reino Unido 5,3%; Canada 5,0%.

Nos países emergentes e em desenvolvimento registam-se trajetórias de recuperação divergentes. O bloco de países da Ásia registarão melhores desempenhos (8,6%), com destaque para a Índia (12,5%) e a China (8,4%). A situação será particularmente difícil para os países exportadores de petróleo e de destinos turísticos, na medida em que o regresso a normalidade das viagens internacionais levará tempo e as perspetivas de melhoria dos preços do petróleo são fracas.

A medida da recuperação global, o volume de comércio mundial, que registou uma queda de -8,5% em 2020, deverá crescer de +8,4% em 2021 antes de abrandar para 6,5% em 2022. O comércio de serviços recuperar-se-á mais lento do que o comércio das mercadorias, uma vez que o turismo transfronteiriço e as viagens de negócios permanecerão em declínio.

Após as estimativas de 0,7% e 5,1% respetivamente para os países avançados e os países emergentes e em desenvolvimento, o nível geral de preços de bens e serviços permanece moderado em 2021 e 2022. Nos países avançados, prevê-se que a inflação permaneça geralmente abaixo dos 2%. No concernente aos países emergentes e em desenvolvimento, espera-se que a inflação seja inferior a 5%.

1.2. Ambiente económico regional

A África não ficou isenta das consequências da pandemia da COVID-19 que ceifou milhões de vidas e agravou as condições de vida de famílias. Estima-se que cerca de 39 milhões de africanos podem cair na situação de pobreza extrema em 2021 se não lhes for prestado o apoio devido, com os efeitos desproporcionados nas mulheres.

Para o ano 2021, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) projeta que o PIB do continente cresça de 3,4%, após ter contraído 2,1% em 2020. Esta estimativa de recuperação da pior recessão em mais de meio século é fundada na retoma do turismo, na recuperação dos preços dos produtos de base, assim como na redução das restrições induzidas pela pandemia. As perspectivas estão, no entanto, sujeitas a uma grande incerteza, derivada de riscos externos e internos.

Quanto a inflação para o continente, as projeções anteveem 9% para 2021 depois de 10,4% registado em 2020.

No concernente à África subsariana em particular, a instituição prevê um crescimento económico de 2,8% para 2021 e 3,9% para 2022, suportado essencialmente pelo alívio das medidas de confinamento e a recuperação de preços dos produtos de base, marcando assim uma retoma em relação ao nível de -1,5% estimado para 2020. Os melhores desempenhos serão observados no Níger, na Costa do Marfim, no Senegal, na Guiné-Conacri, em Burkina Faso e no Benim.

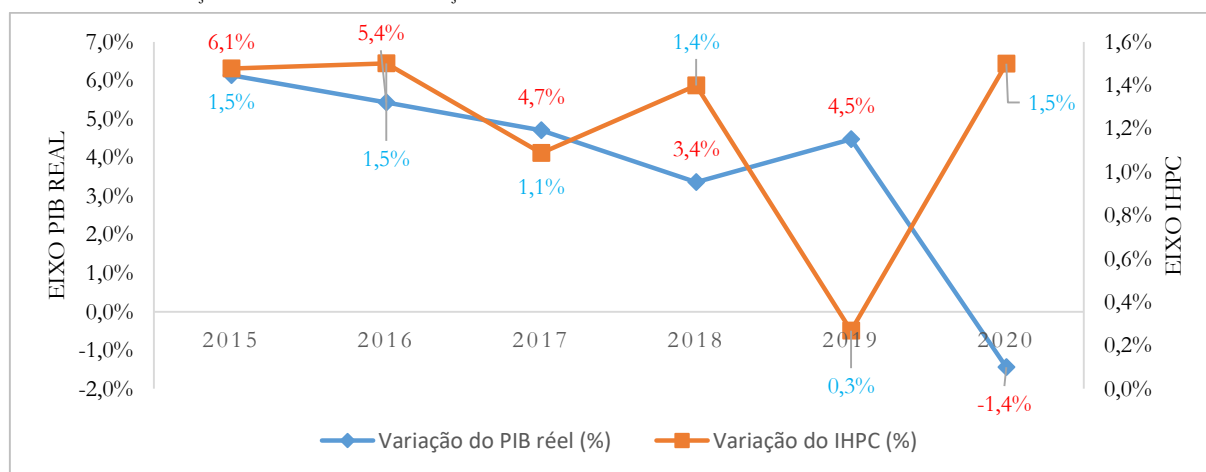
2. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. Crescimento económico e inflação

Em 2020, a atividade económica registou finalmente uma contração menos forte do que esperada. O crescimento económico em termos reais foi de -1,4% (*contra -2,3% anunciada nas projeções de setembro último*) mas abaixo do cenário anterior ao choque (5,6%) bem como da realização de 2019 (4,5%). O setor primário afirmou-se como o elemento atenuador da queda antecipada em setembro último, tendo contribuído com 1,13 pontos (contra 0,08 para o setor secundário e -2,12 para o setor terciário).

No entanto, a atividade económica desenrolou-se num contexto de subida, embora moderada, de preços no consumidor. A taxa de inflação média anual atingiu 1,5% contra 0,3% em 2019.

Gráfico 1: evolução do PIB real e inflação 2015-2020



Fonte: Comité de Enquadramento macroeconómico e Orçamental

O impacto da COVID-19 é evidente em todos os setores da vida económica do país. A campanha de comercialização da castanha de caju sofreu grandemente com a queda dos preços a nível mundial, impactando diretamente mais de 80% da população ativa mas também as receitas do Estado, com destaque para as receitas tributárias que sofreram uma queda de 14,3% em comparação com o nível registado em 2019.

Estima-se também que o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tenha reduzido, traduzindo o impacto negativo das medidas de prevenção adotadas (fecho das fronteiras), tanto a nível interno bem como a nível externo.

A conjuntura prevalecente favoreceu uma dinâmica positiva na produção cerealífera. A avaliação a meio período sobre a situação das colheitas para 2020/2021, conduzida pelo Governo em parceria com a SILSS, FAO e WFP, revelam grandes ganhos na produção local. Em comparação com a média dos últimos cinco anos (2015-2019), as estimativas de aumento das colheitas são de: 15,0% para cereais; 10,5% para tubérculos e 10,9% para legumes.

Analisando a dinâmica do crescimento na **ótica da oferta**, as evoluções do PIB real por setor traduzem-se como se segue:

O sector primário, mostrou maior resiliência com um crescimento de 3,2%, superando em 1,4 pontos percentuais as primeiras estimativas do choque. Este nível é, mesmo assim, inferior às expectativas pré-choque (5,6%) mas também dos 5,3% alcançados em 2019. O encolhimento no subsector de caju (-6,2%) foi atenuado pela criação da riqueza nos subsectores da agricultura alimentar (+10,1%); pesca e aquacultura (+6,5%); pecuária e caça (+2,2%) e a silvicultura e exploração florestal (+1,8%).

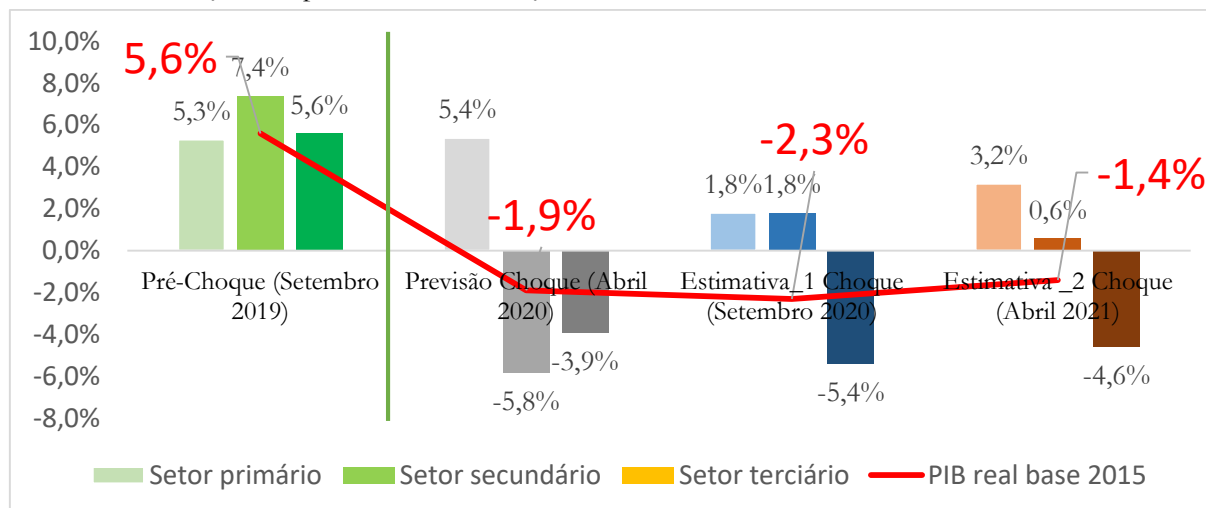
O sector secundário superou o nível de 2019 (-0,1%) tendo atingido 0,6%, sob o impulso da eletricidade, água e saneamento (+10,7%); construção (2,7%) e outras indústrias (9,3%). Importa referir que as indústrias extrativas e agroalimentares tiveram um crescimento negativo respetivamente de -2,6% e -10,4%.

O sector terciário foi o mais afetado pelas regras de isolamento social como forma de combate a COVID-19. A queda no setor terciário foi de -4,6% contra -5,7% inicialmente previsto e 5,9% de realização em 2019. Esta situação decorre da deterioração nos subsectores de comércio -3,3%; transporte -20,0%; e outros serviços -18,0%. Algumas exceções se verificaram nos subsectores da administração pública, (16,6%), informação e comunicação (5,0%) e serviços financeiros e seguros (3,3%).

A complexidade da avaliação das implicações do impacto da pandemia da COVID-19 condicionou um seguimento de perto da conjuntura económica nacional e internacional e por conseguinte a atualização periodicamente das projeções macroeconómicas particularmente para o ano de 2020.

O gráfico abaixo apresenta os resultados em cada um dos três exercícios de atualização do crescimento económico para 2020 em comparação com as previsões do período pré-choque (setembro de 2019).

Gráfico 2: Evolução comparativa das atualizações das taxas de crescimento real em 2020



Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

Na ótica da despesa, o consumo final recuou de -3,4%, passando a representar 87,4% do PIB em 2020 contra 89,2% em 2019. Esta situação é explicada pela queda observada no consumo das famílias (-7,9%) mesmo se a nível das administrações públicas se observou um crescimento de 16,3%.

Com um crescimento de 6,4%, o **investimento** passa a representar 28,7% do PIB, sendo a mais significativa contribuição na formação do PIB real com 1,71 pontos. O ano 2020 foi caracterizado por uma mudança radical na política do governo em termos de financiamento. A contrapartida nacional da componente investimento de capital evoluiu de 1,8 mil milhões de FCFA em 2019 para 9,9 mil milhões de FCFA em 2020. Por este meio, o Governo quis dar um sinal forte no cumprimento dos objetivos traçados no Plano Nacional de Desenvolvimento, nomeadamente no que tange a construção de infraestruturas de base.

As exportações líquidas representam -16,1% do PIB em 2020 contra -15,8 em 2019, tendo assim contribuído por apenas 0,11 pontos na formação do PIB real. Esta situação decorre da queda mais acentuada das exportações (-28,0%) do que das importações (-13,8%). De facto, o feito do choque externo conjugado com as medidas internas de combate a COVID-19 tiveram um impacto negativo consideráveis nas exportações.

A taxa de inflação manteve uma tendência crescente, passando de 0,3% em 2019 para 1,5% em 2020. Esta situação demonstra a pressão verificada a nível dos preços que de certa maneira se justifica, por um lado, pelo aumento do custo das importações e da produção local (essencialmente custo de transporte) e, por outro lado, o feito nos últimos meses do ano das novas taxas (tributações) introduzidas e aprovadas no OGE 2020.

2.2. Finanças públicas e Dívida

Tabela 2: Evolução das finanças públicas, em mil milhões de FCFA

Finanças Públicas	2019	2020
(em mil milhões de FCFA)		
Receitas e Donativos	130,1	132,8
Receitas Orçamentais	105,6	99,8
Receitas fiscais	79,1	67,8
Receitas não fiscais	26,5	32,0
Donativos	24,5	33,0
Despesas totais e empréstimo líquido	161,8	213,9
Despesas correntes ¹	123,6	147,9
Remunerações e Salário	45,5	52,9
Despesas capitais com recursos internos	1,8	9,9
Despesas capitais com recursos externos	36,4	56,1
Saldo global excl. donativos (base compromisso)	-56,2	-114,1
Saldo global incl. donativos (base compromisso)	-31,7	-81,2
Saldo global incl. donativos (base compromisso; % de PIB)	-3,6%	-9,1%

¹ inclui as despesas não tituladas (Banco)

Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

As **receitas totais e donativos** atingiram em 132,8 mil milhões de FCFA em 2020, contra 130,1 milhões de FCFA em 2019, um aumento de 2,1%. Este aumento deve-se ao crescimento, por um lado, das receitas não fiscais (20,8%) impulsionado pelo forte nível de dividendos recebidos do BCEAO, das transferências de fundos autónomos sobretudo das pescas (compensação financeira). Por outro lado, importa destacar um aumento de 34,7% de donativos, tendo o seu valor atingido 33 mil milhões de FCFA dos quais 9,3 mil milhões de FCFA inerentes ao apoio programa no âmbito da COVID-19. Com estes factos, a pandemia terá influenciado positivamente nos donativos.

Quanto às **despesas totais e empréstimos líquidos** foram de 213,9 mil milhões de FCFA contra 161,8 mil milhões de FCFA no período homólogo, um aumento de 32,2%. Esta situação é explicada, particularmente, pelos aumentos registados nas despesas correntes (+19,6%). O aumento das despesas correntes tem a ver com as variações observadas nas seguintes rubricas: despesas com o pessoal (+16,4%); aquisição de bens e serviços (+15,6%) e Juros da Dívida (+51,2%).

O **Saldo global**, incluindo os donativos, deteriorou-se em 2020 tendo atingido -81,2 mil milhões contra -31,7 mil milhões de FCFA em 2019, passando a representar -9,1% do PIB nominal em 2020 (-3,7% em 2019).

O **financiamento** em 2020 estimado até a data da elaboração da presente Nota em 93,7 mil milhões de FCFA contra 39,9 mil milhões em 2019, foi assegurado por via de novas dívidas das quais se destacam o recurso ao mercado de títulos públicos.

- **A nível interno**, regista-se a emissão de novos títulos de tesouro, da qual a posição líquida é de em 53,9 mil milhões de FCFA (dedução feitas das recompras). Dos 1,6 mil milhões de FCFA de dívida vencida para com o FMI, 50% foram pagos e os

restantes 50% foram revertidos em donativos. Ao todo, o financiamento interno líquido atingiu 47,2 mil milhões em 2020 contra 27,4 mil milhões em 2019.

- Em termos de **passivo externo**, aparecem os desembolsos recebidos no quadro dos empréstimos aos projetos estimados em 32,5 mil milhões de FCFA. Ainda de considerar os empréstimos de tipo apoio orçamental de 22 mil milhões de FCFA e um empréstimo do Banco Mundial no valor de 3,5 mil milhões de FCFA. Assim, o passivo externo líquido ascende a 46,5 mil milhões de FCFA.

Em última análise, o **estoque da dívida pública** estima-se em 692,3 mil milhões de FCFA (cerca de 1,2 mil milhões de dólares USA) contra 539,0 mil milhões de FCFA em 2019. Esta variação de 28,4% em relação ao nível de 2019 projeta o rácio “dívida pública/PIB” para 77,4% em 2020, ou seja 7,4 pp acima da norma comunitária estabelecida.

2.3. Conta externa

Em 2020, a balança de pagamentos apresentará um saldo positivo de 52,7 mil milhões de FCFA contra -15,2 mil milhões de FCFA em 2019. O resultado consolidado do saldo externo resulta da melhoria do défice da conta de transações correntes, cujo défice passou de 74,7 mil milhões de FCFA em 2019 para se situar em 42,7 mil milhões de FCFA, em linha com o aumento do saldo positivo da conta de rendimentos secundários, da conta de capital e da conta financeira, não obstante a deterioração da balança de bens como resultado da queda do volume e preço à exportação da castanha de caju.

A conta de transações correntes registou uma melhoria de 32,1 mil milhões de FCFA em relação ao seu nível de 2019, sob efeito do aumento de 38,5 mil milhões de FCFA da conta de rendimento secundários que resulta de forte aumento das transferências dos emigrantes e das transferências à Administração Pública para fazer face à crise sanitária da Covid-19.

No que se refere à conta de capital, a melhoria de 6,7 mil milhões de FCFA registada resulta do aumento das transferências de capital no quadro do investimento público que se situou em 23,0¹ mil milhões de FCFA contra 16,3 mil milhões de FCFA registados em 2019.

Quanto ao saldo da conta financeira, as estimativas indicam uma entrada em termos líquidos de 70,9 mil milhões de FCFA em 2020 contra 46,6 mil milhões de FCFA no ano precedente, explicado essencialmente pelo aumento de emissões de títulos de tesouro, no quadro de “Bons Covid” para fazer face à queda acentuada de receitas fiscais num contexto marcado pela necessidade de recursos suplementares para lutar contra a pandemia Covid-19.

2.4. Situação monetária

Em 2020, a massa monetária conheceu um aumento de 33,2 mil milhões de FCFA (+9,1%) para se situar em 399,3 mil milhões de FCFA contra 365,9 mil milhões registados no ano

¹ Trata-se de donativos aos projetos

anterior. Este aumento é imprimido essencialmente pelo aumento dos ativos externos líquidos (+24,2%).

Apesar da queda das exportações da castanha de caju, os ativos externos líquidos situaram-se em 270,3 mil milhões de FCFA contra 217,5 mil milhões de FCFA em 2019, em virtude dos financiamentos excecionais recebidos pelo Governo dos seus Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) no âmbito da luta contra a pandemia COVID-19.

O crédito interno registou um decréscimo de 3,4 mil milhões de FCFA em 2020 para se situar em 194,4 mil milhões contra 197,7 mil milhões de FCFA em 2019. Esta redução explica-se pela diminuição do crédito líquido à Administração Central contrastada pelo ligeiro aumento do crédito à economia.

Importa ainda salientar, o aumento do passivo de carácter não monetária na ordem de 35,1 mil milhões de FCFA para se situar em 60,8 mil milhões de FCFA em 2020. Os outros postos do passivo caíram, em 19,0 mil milhões de FCFA.

Como consequência do aumento da massa monetária, a circulação fiduciária apresentou um incremento de 11,2 mil milhões de FCFA enquanto os depósitos transferíveis acusam um aumento de 14,5 mil milhões de FCFA face ao ano 2019.

3. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2021-2024

3.1. Objetivos da política económica e orçamental

As medidas internas da prevenção e combate a pandemia da COVID-19 associadas a contração da economia mundial e a queda no preço das matérias-primas nomeadamente o da castanha de caju, impactaram fortemente a realização dos objetivos da política económica definida pelo governo em 2020.

As aspirações articuladas em torno da promoção de crescimento económico mais forte que permite aos cidadãos, ter maior acesso aos serviços de base, mediante *a reabilitação/construção de novas infraestruturas (de energia elétrica, de transporte, etc.), a reforma da administração pública, a modernização do setor agrícola, a promoção da industrialização e o saneamento do clima de investimento*, não foram alcançadas, devido, em certa medida, as implicações direta da crise sanitária em todas as esferas da economia da Guiné-Bissau.

Para o ano de 2021, o Governo prevê numa visão estratégica de recuperação económica de grande impacto com a elaboração e adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) trienal (2020-2023), estimado em aproximadamente 2 336,7 mil milhões de FCFA.

As aspirações do PND articulam-se essencialmente em torno de dois grandes eixos: (i) a elevação do sistema de saúde de acordo com os padrões internacionais e (ii) a transformação gradual da economia nacional, evoluindo para um modelo de crescimento mais justo, próspero e eficiente, no uso regenerativo dos recursos e dentro dos limites dos sistemas naturais. Trata-se de um novo começo, explorando as oportunidades que a pandemia da COVID-19 oferece.

No entanto, considerando os limites do potencial fiscal do país, os objetivos supramencionados só poderão ser atingidos com uma forte mobilização dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF). Isto significa, redefinir com maior eficácia possível, a utilização dos recursos já disponíveis através dos diferentes projetos em execução mas também de explorar novos mecanismos ou alternativos de financiamento à economia.

No plano institucional, a estabilidade orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas são elementos essenciais do clima de confiança exigido pelo tipo de investimento necessário. Muito embora, neste contexto da pandemia, será difícil evitar o agravamento do défice orçamental para além dos limites previstos pelas regras comunitárias, a médio prazo, os esforços deverão ser dirigidos no sentido de agir sobre as contas e finanças de modo a se aproximar da situação de equilíbrio e, se necessário, aplicar medidas de correção necessárias para resolver ou evitar as situações de défice excessivo.

Do resto, o sucesso da política económica e orçamental para os próximos anos estará subordinado a mobilização de recursos financeiros adequados, tanto interno como externo, em volume e em condições sustentáveis.

3.2. Principais Hipóteses Económicas do Cenário base

Para consecução dos objetivos de política económica e orçamental acima descritos e considerando o contexto em que decorreu a atividade económica em 2020, optou-se neste exercício por apresentar três cenários (cenário de base; cenário pessimista e um cenário otimista) que tentam desenhar o futuro para a economia da Guiné-Bissau.

Nesta secção, será apresentado o cenário “base line” considerado como o da maior probabilidade de ocorrência.

Os pressupostos que sustentam este cenário resumem-se no seguinte:

Tabela 3: principais hipóteses do cenário de base “base line”

PRINCIPAIS HIPÓTESES		2019	2020	2021	2022	2023	2024
Agricultura subsistencia							
Taxa de crescimento anual	Revisão	4,9%	10,1%	5,3%	4,2%	4,7%	4,5%
	Pré-Choque	6,8%	6,5%	6,8%	7,0%	7,0%	
	Diferença	-1,9%	3,6%	-1,5%	-2,8%	-2,3%	4,5%
Castanha de Caju							
Produção (mil toneladas)	Revisão	202 500	190 000	200 000	210 000	215 040	217 190
	Pré-Choque	202 500	212 625	214 751	216 899	219 068	
	Diferença	0	-22 625	-14 751	-6 899	-4 028	217 190
Preço médio ao produtor (FCFA/kg)	Revisão	351	300	330	450	450	450
	Pré-Choque	351	403	424	445	477	
	Diferença	0	-103	-94	5	-27	450
Quantidade exportada oficial (toneladas)	Revisão	195 547	155 000	180 076	190 000	191 170	192 130
	Pré-Choque	198 450	199 868	193 276	201 716	201 512	
	Diferença	-2 903	-44 868	-13 200	-11 716	-10 342	192 130
Preço médio de exportação (USD/ton)	Revisão	1 115	1 140	1 100	1 110	1 130	1 130
	Pré-Choque	1 095	1 130	1 167	1 205	1 244	
	Diferença	20	10	-67	-95	-114	1 130
Exportação em valor (mil milhões FCFA) ¹	Revisão	130 700	110 400	120 553	128 438	130 931	130 959
	Inicial	127 076	133 272	133 066	140 959	143 660	
	Diferença	3 624	-22 872	-12 513	-12 521	-12 729	130 959
Base tributaria (USD/ton)	Revisão	950	700	850	1 000	1 050	1 050
	Pré-Choque	950	950	950	950	950	
	Diferença	0	-250	-100	50	100	1 050
Outros							
Despesas em capital (mil milhões FCFA)	Revisão	38,2	66,1	62,0	71,4	78,3	83,1
	Pré-Choque	61,9	79,2	81,8	75,6	75,6	
	Diferença	-23,7	-13,1	-19,8	-4,2	2,7	83,1
Taxa de cambio média (USD/FCFA)	Revisão	586	575	575	580	580	580
	Pré-Choque	585	590	590	580	573	
	Diferença	1	-15	-15	0	7	580

¹ Exportação em valor também inclui exportação clandestina

Fonte: Modelo Tchintchor (DGPEE)

Com base no pressuposto de uma retoma gradual, prevê-se que a **produção da castanha de caju** atinja 200 mil toneladas em 2021 contra 214,8 mil toneladas estimados no período antes da pandemia. A partir de 2022, observar-se-á uma tendência crescente devendo a produção exceder 217 mil toneladas em 2024. O Comité, é da opinião que, caso houver uma política governamental concreta, orientada para o setor de caju, a produção pode atingir um nível muito superior a estes que aqui mencionados.

O **preço médio ao produtor** para 2021 foi estimado em 330 FCFA tendo em conta as incertezas que ainda pairam no mercado internacional de caju. Já para os restantes anos da projeção, o preço médio anual ao produtor deverá situar-se em torno de 450 francos CFA.

No concernente a **quantidade a exportar da castanha de caju**, espera-se alcançar 180 mil toneladas em 2021, a condição da retoma da demanda nos principais países recetores das nossas exportações (Índia e Vietnã). Imprimindo maior rigor no controlo da fuga e na promoção da transformação local, a quantidade exportada evoluirá de 1,6% em média anual de 2022 a 2024.

Tratando-se do **preço médio da exportação da castanha de caju**, este cenário aposta em 1100 USD/T em 2021 com base na apreciação nas informações recebidas das autoridades implicadas na cadeia de exportação. Para os anos subsequentes, os preços médios da exportação são estimados em 1110 USD para 2022 e 1130 USD para 2023 e 2024. Quanto a base tributária, após ter sido fixado pelo Governo em 850 USD por tonelada, estima-se que ela atinja 1000 USD/T em 2022 e 1050 USD/T em 2023 e 2024, em seguimento da dinâmica de aumentos de impostos iniciados em 2021 (vide OGE 2021).

No concernente a **agricultura de subsistência/familiar**, essencialmente arroz e milho, prevê-se um aumento a um ritmo equivalente a uma média anual de 3%. Contudo, admite-se que a produção possa superar esta evolução caso houver apoio aos agricultores nomeadamente em termos de sementes, fertilizantes e tratores com vista a favorecer uma agricultura mecanizada.

Para o ano de 2021, os **investimentos públicos** são estimados em 62 mil milhões de FCFA, dos quais 19,4% (12 mil milhões de FCFA) de contrapartida interna, ou seja a serem financiados pelo tesouro público sob recursos internos. Para os próximos anos, a projeção das despesas de capital são suscetíveis de atingir 71,4 mil milhões de FCFA em 2022; 78,3 mil milhões de FCFA em 2023 e 83,1 mil milhões de FCFA em 2024.

Assume-se também uma perspetiva de retoma do **programa com o Fundo Monetário Internacional** (FMI) a partir de 2022. Nesta perspetiva, este cenário de base toma em conta o valor mínimo de 1,4 mil milhões de FCFA por ano no horizonte 2022-2024.

3.3. Crescimento económico e inflação

Para o ano económico de 2021, as projeções revistas antevêm um crescimento do PIB real de 3,3%. A retoma da atividade económica vai-se prosseguir, mas a um ritmo lento e progressivo. Para o período 2022 a 2024, espera-se um crescimento médio anual do PIB real de 5,5%, a agricultura continuará a exercer o papel impulsionador do PIB. A taxa de inflação média anual permanecerá abaixo do nível máximo estabelecido pela UEMOA ($\leq 3\%$).

Do ponto de vista da oferta, o *setor primário*, retomará o ritmo antes da crise sanitária devendo o seu crescimento atingir em média 4,8%. No triénio 2022-2024, esta tendência crescente vai-se manter, sendo a média de crescimento anual para o período estimada em 3,6%. Este desempenho será grandemente atribuível às boas perspetivas de produção da castanha de caju e de cereais (arroz, milho, etc.), e aos investimentos a serem realizados no

quadro do programa de investimento público com destaque para os subsetores (agricultura e pesca), na atividade florestal, pecuária e de caça.

O *setor secundário* poderá ainda conhecer algumas dificuldades em 2021 com um crescimento estimado em -1,9%. Mas a partir de 2022, espera-se o retorno à normalidade com um crescimento médio anual estimado em 10,3%. Estes níveis de crescimento serão fortemente influenciados pelos investimentos consideráveis previstos durante o período em apreço. As performances mais notáveis serão, em média anual, alcançadas nos subsetores de construção e obras públicas (+7,9%); eletricidade e água (+5,0%); outras indústrias (18,2%) e agroalimentar (6,7%).

O *setor terciário* crescerá a um ritmo gradual, ou seja, 2,2% em 2021 antes de atingir 5,8% em média anual entre 2022 e 2024. O setor beneficiará da recuperação económica traduzida, entre outros, na ligeira melhoria de preços da castanha de caju e consequente aumento do rendimento dos agricultores mas também da criação de novos postos de trabalho na função pública. As melhorias virão de todos os subsetores, mas as variações mais impactantes serão verificadas, em média anual, no comércio (+7,6%), nos serviços financeiros e seguros (5,1%) e nos transportes (+5,8%).

Do ponto de vista da procura, o *consumo final* (a preços constantes) registará um crescimento equivalente a 5,2% em 2021. A atividade económica continuará a ser suportada pelo consumo nos restantes períodos da projeção, traduzido numa taxa de crescimento médio anual de 4,9% (2022-2024). Este indicador continuará a representar o maior peso do PIB, a título de ilustração no período 2022-2024, ele representa em média 87,7% do PIB.

Quanto aos *investimentos*, projeta-se um recuo de 1,8% em 2021, na medida em que o ano de 2020 foi arcado por casos excecionais decorrentes da COVID-19. Contudo, com o ambicioso programa de financiamento à economia, o investimento deve aumentar de 5,4% em média entre 2022 e 2024. O investimento privado deverá ocupar um lugar de relevo beneficiando de um clima sociopolítico apaziguado. Por seu lado, o investimento público também ganhará um dinamismo sob efeito da implementação do PND.

Relativamente as *exportações líquidas* (a preços constantes) deverão recuar em 2021 (-4,3%) sob efeito de um crescimento mais que proporcional das importações (+10,5%) comparativamente as exportações (+6,9%). Uma ligeira melhoria é prevista entre 2022 e 2024, mesmo assim a taxa de crescimento médio anual será de -2,2%, traduzindo o feito dos investimentos previstos que terão tendência para aumentar as importações nomeadamente de consumo intermediário.

Mesmo admitindo que registar-se-á o aumento do nível geral dos preços, por um lado, motivado pela introdução de novos impostos e, por outro lado, o aumento do custo de transporte decorrentes do efeito COVID-19, a **inflação** deverá permanecer moderada. É estimada em 1,9% para 2021 e 1,4% em média anual de 2022 a 2024.

3.4. Finanças Públicas e Dívida

As perspetivas macroeconómicas para o período 2021-2024 apresentam uma situação que exige a continuidade e o reforço de medidas e acompanhamento do saneamento gradual das Finanças Públicas. Estes serão fatores decisivos para melhorar o quadro da cobrança e arrecadação das receitas.

Tabela 4: evolução das Finanças Públicas e perspetivas

Finanças Públicas	2020	2021	2022	2023	2024
	(em mil milhões de FCFA)				
Receitas e Donativos	132,8	161,4	160,1	172,7	177,5
<u>Receitas Orçamentais</u>	<u>99,8</u>	<u>121,5</u>	<u>124,8</u>	<u>135,4</u>	<u>137,7</u>
Receitas fiscais	67,8	87,1	95,4	103,7	105,3
Receitas não fiscais	32,0	34,4	29,3	31,7	32,3
<u>Donativos</u>	<u>33,0</u>	<u>39,9</u>	<u>35,3</u>	<u>37,3</u>	<u>39,8</u>
Projectos	23,6	30,0	34,0	36,0	38,8
Programas / Ajuda orçamental	9,3	9,9	1,3	1,3	1,0
Despesas totais e empréstimo líquido	213,9	203,0	211,8	222,4	231,9
<u>Despesas correntes</u>	<u>147,9</u>	<u>141,0</u>	<u>140,4</u>	<u>144,1</u>	<u>148,8</u>
Remunerações e Salário	52,9	53,1	55,0	57,2	59,4
Utilização de bens e serviços	19,9	22,8	23,3	23,7	24,2
Juros devidos	12,4	13,0	13,5	13,7	13,7
Subsídio (transferências para empresas)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Doações (transferências para a administração pública ou orga	26,5	26,6	27,2	27,7	29,4
Outras despesas	36,1	25,4	21,5	21,9	22,1
<u>Despesas capitais com recursos internos</u>	<u>9,9</u>	<u>12,0</u>	<u>14,4</u>	<u>17,3</u>	<u>17,3</u>
<u>Despesas capitais com recursos externos</u>	<u>56,1</u>	<u>50,0</u>	<u>57,0</u>	<u>61,0</u>	<u>65,8</u>
Saldo global excl. donativos (base compromisso)	-114,1	-81,5	-87,0	-87,0	-94,2
Saldo global incl. donativos (base compromisso)	-81,2	-41,6	-51,7	-49,7	-54,4
Saldo global incl. donativos (base compromisso; % de PIB)	-9,1%	-4,5%	-5,2%	-4,7%	-4,9%

Fonte: DGPEE

Considerando os pressupostos assumidos neste cenário “base line”, as **receitas e donativos** são estimadas em 161,4 mil milhões de FCFA para o ano 2021. Espera-se um aumento das receitas orçamentais decorrentes da implementação de novos impostos introduzidos no OGE 2021, mas também dos donativos na medida em que se perspetiva a construção de novas infraestruturas sobretudo rodoviárias essencialmente com base em donativos nomeadamente da República Popular de China (*estrada aeroporto-safim*).

Esta tendência acima projetada deve prosseguir-se nos anos 2022 a 2024 numa perspetiva de consolidação dos mecanismos de cobrança dos impostos mas também das reformas em curso a nível da DGA e da DGCI. Nesta última direção geral, importa realçar que a aplicação do IVA será de grande relevo para a realização dos objetivos preconizados em termos de mobilização de receitas.

No capítulo das **despesas totais e empréstimos líquidos**, a racionalização continuará a orientar as ações do executivo. Os gastos públicos para os anos 2021 situar-se-ão em 203,0 mil milhões de FCFA, ou seja, redução de 5,1% em comparação com o nível de 2020.

As despesas tenderão a aumentar nos próximos anos (2022 a 2024), 4,5% em média anual, para se situar em 231,9 mil milhões de FCFA em 2024, decorrente do aumento (i) das despesas correntes com destaque para remunerações de salário e transferências para as administrações públicas e órgãos de soberania e (ii) das despesas de investimento de capital.

Tendo em conta o acima exposto, o **Saldo orçamental** para 2021 é estimado em -41,6 mil milhões de FCFA. A melhoria das receitas e a contenção das despesas são elementos de suporte desta previsão, que permitirá desde logo o país dar um sinal forte da sua determinação em voltar a cumprir com a norma comunitária que preconiza um rácio saldo global superior ou igual a -3% do Produto Interior Bruto (PIB). Nos restantes anos de projeção, o saldo global estabilizar-se-á em torno de -4,9% do PIB.

Tabela 5: perspetivas de financiamento e amortizações

FINANCIAMENTO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Operações sobre ativos e passivos financeiros	32,3	85,5	41,6	51,7	49,7	54,4
<u>Aquisição líquida de ativos financeiros</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>
<u>Acumulação de passivo líquido</u>	<u>45,0</u>	<u>94,5</u>	<u>41,7</u>	<u>48,7</u>	<u>46,5</u>	<u>52,6</u>
Financiamento interno (líquido)	33,1	47,9	26,9	43,3	40,0	48,4
Financiamento bancário	33,1	51,4	28,4	46,3	43,0	51,4
<i>BCEAO excluindo FMI</i>	-1,1	-3,0	1,0	0,0	0,0	0,0
<i>FMI</i>	-0,4	-0,8	0,0	1,4	1,4	1,4
<i>Bancos comerciais</i>	34,5	55,2	27,4	44,9	41,6	50,0
Financiamento não bancário	0,0	-3,4	-1,5	-3,0	-3,0	-3,0
Financiamento externo (net)	11,9	46,5	14,8	5,4	6,5	4,2
Desembolsos	13,8	54,5	31,1	23,0	25,0	27,0
<i>Empréstimos de projeto (dívida existente)</i>	13,8	32,5	20,0	23,0	25,0	27,0
<i>Empréstimos de projeto (nova dívida)</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Empréstimos de programas / apoio orçamental</i>	0,0	22,0	11,1	0,0	0,0	0,0
Amortização da dívida	-4,8	-10,7	-16,3	-17,6	-18,5	-22,8
<i>dívida existente</i>	-4,8	-10,7	-16,3	-17,6	-18,5	-22,8
<i>nova dívida</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alterações dos pagamento externos em atraso	2,9	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida, reescalonamento obtido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro financiamento externo (líquido)	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
<u>Ajustamento</u>	<u>-12,6</u>	<u>-9,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>
<u>GAP (em projeção)</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>3,0</u>	<u>3,2</u>	<u>1,8</u>

Fonte: DGPEE

A **necessidade de financiamento** do setor público estima-se em 41,6 mil milhões para 2021. Importa contudo sublinhar que este nível é fortemente tributário dos pressupostos assumidos na arrecadação das receitas, isto é, caso as metas estabelecidas não forem alcançadas, a necessidade de financiamento aumentará de forma proporcional. O financiamento do défice orçamental será assegurado essencialmente por via de (i) emissão de títulos públicos, (ii) contratação de empréstimos diretos juntos da banca local e (iii) desembolsos dos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF) no âmbito dos projetos de desenvolvimento.

A partir de 2022, prevê-se um aumento gradual do défice orçamental devendo atingir 54,4 mil milhões de FCFA em 2024. Este agravamento deve-se sobretudo ao aumento do pagamento nas amortizações das dívidas existentes mas também de outras despesas que, ao fim ao cabo, serão financiados pelos mecanismos referidos no parágrafo anterior.

As previsões constantes nesta Nota tomam em consideração também a retoma do programa financeiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 2022. O impacto financeiro direto deste programa foi estimada em 1,2 mil milhões de FCFA. Considerando os reembolsos para com esta mesma instituição no período em análise de 1,6 mil milhões anualmente, os reembolsos seriam apenas de 0,4 mil milhões de FCFA.

Com base nas condições acima indicadas, registrar-se-á um agravamento do **estoque da dívida pública**. Em 2021, o estoque deve situar-se-á em 755,5 mil milhões de FCFA (1,3 mil milhões de Euros), 81% do PIB. As previsões constantes nesta Nota apontam para a evolução do estoque da dívida nos restantes anos da projeção: 830,6 mil milhões em 2022; 928,1 mil milhões em 2023 e 1 018,5 mil milhões em FCFA em 2024.

3.5. Balança de pagamentos

A evolução recente das relações do país com o resto do mundo, caracterizou-se pelas oscilações, cujas dinâmicas foram muito tímidas nos últimos anos. O fraco desempenho neste sector foi agravado pelo surgimento da crise sanitária, afetando entre outros as transferências públicas sem contrapartida e o investimento direto estrangeiro.

O saldo global da balança de pagamentos deverá situar-se em -3,1 mil milhões de FCFA em 2021, contra 52,7 mil milhões registados no ano anterior. Para os anos de 2022 a 2024 projetam-se défices de 16,6, 25,4 e 21,1 mil milhões de FCFA, respetivamente, como consequência do agravamento da Conta de Transações correntes, em virtude do tímido aumento previsto das exportações, e da menor performance da conta financeira.

Os saldos das contas de rendimentos secundários e de capital deverão manter-se relativamente estáveis ao longo deste período. As evoluções destas rubricas continuarão a ser suportadas pelas transferências, sobretudo no quadro de apoio a projetos de investimento.

Na conta financeira, a entrada líquida a título de investimentos diretos estrangeiros e do investimento de portfólio registará um movimento oscilatório ao longo do período da projeção. O investimento em carteira deverá situar-se, em média anual, em 41,1 mil milhões de FCFA durante o período da projeção (2021-2024). Este nível traduz o recurso ao financiamento por via do mercado de títulos.

3.6. Situação monetária

A massa monetária deverá situar-se em 446,6 mil milhões de FCFA em 2021 para registar incrementos sucessivos até 495,4 mil milhões de FCFA em 2024. Este aumento está em linha com as perspetivas do crescimento económico do país, e alinha-se com a evolução dos ativos externos líquidos e do crédito interno que deverão observar uma tendência crescente ao longo do período da projeção.

Os ativos externos líquidos, acompanharão a dinâmica da balança de pagamentos. Em 2021, devem alcançar 284,3 mil milhões de FCFA. Entre 2022 e 2024, espera-se uma média anual de 258,2 mil milhões de FCFA.

No mesmo sentido, o Crédito Interno, vai conhecer uma tendência crescente passando de 217,6 mil milhões de FCFA em 2021 para se estabelecer em 273,9 mil milhões em 2024. Esta dinâmica será impulsionada sobretudo pelo crescimento do crédito à economia, num contexto em que se prevê uma relativa estabilidade do crédito à Administração Central.

Assim, a circulação fiduciária e os depósitos transferíveis deverão manter-se relativamente estáveis, com uma tendência crescente durante o período de 2021 a 2024.

4. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Para explicar toda a incerteza em torno das projeções, optou-se neste exercício para dois cenários económicos alternativos, que vão desde um crescimento modesto “cenário pessimista” até ao cenário de uma recuperação mais rápida “cenário otimista”. Um resumo comparativo dos pressupostos assumidos em cada um desses cenários em comparação com o cenário de base apresenta-se como se segue:

Tabela 6: quadro de comparação das hipóteses / 3 cenários

	2021			2022			2023			2024		
	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista
Arroz												
- Produção (var. em %)	6%	3%	3%	6%	3%	3%	6%	3%	3%	6%	3%	3%
Caju												
- Preço ao Produtor (FCFA/Kg)	330	330	300	400	450	325	500	450	350	600	450	375
- Preço de exportação (USD/t)	1 200	1 100	1000	1300	1100	1050	1400	1130	1100	1400	1130	1150
- Base tributária (USD/t)	850	850	850	1000	1000	900	1050	1050	950	1050	1050	1000
Projetos (em mil milhões de FCFA)												
- Donativos	35	30	24	40	34	27	44	36	30	46	38	33
- Empréstimos	40	20	20	40	23	20	40	25	20	40	27	20
- Financiamento Interno	12	12	10	14,4	14,4	10	17,3	17,3	10	17,3	17,3	10
Apoio Orçamental												
- Donativos	9,9	9,9	9,9	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1	1	1
- Empréstimos	11,1	11,1	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGPEE

Cenário otimista:

Os **donativos aos projetos** foram reapreciados devendo atingir, em média anual, no período 2021-2024, 41,3 mil milhões de FCFA contra 34,7 mil milhões de FCFA no cenário de base, ou seja um aumento de 19,0%. Os **financiamentos aos projetos com recursos externos** situar-se-ão, no período da projeção, em 40,0 mil milhões de FCFA em média anual contra uma média de 23,8 mil milhões de FCFA no cenário de base. Tratando-se de **contrapartida interna aos projetos**, não se registou alterações em relação ao cenário de base.

No capítulo de **apoio orçamental**, as hipóteses do cenário de base foram reconduzidas. Para 2021 em particular 2021, trata-se de um apoio esperado do Banco Mundial (5 mil milhões de FCFA) e do Banco Africano de Desenvolvimento (2 mil milhões de FCFA), ambos no âmbito da luta contra a COVID-19. Ainda nesta rubrica foram considerados os apoios anunciados da República Francesa (1,5 milhões de euros) e da República Popular da China (4 mil milhões² de FCFA). Foi também acrescido os **empréstimos sob forma de apoio orçamental** em 2021, um valor de 11,1 mil milhões de FCFA concedidos pelo FMI.

Em relação a agricultura, com destaque para a **produção e comercialização de caju**, a produção da castanha de caju mantém-se inalterada face ao cenário de base, muito embora se admita que poderá aumentar se houver uma política³ concreta do governo de apoio a este setor. O **preço ao produtor** do quilograma da castanha de caju situar-se-á em 458 FCFA em média anual no período de 2021 a 2024 contra uma média de 420 FCFA no cenário de base. A **quantidade da castanha de caju a exportar** não sofreu alteração em comparação com o cenário de base. O **preço da exportação da castanha de caju** sofreu um modesto aumento, a média anual estabilizar-se-á em 1337,5 USD/T contra 1117,5 USD/T no cenário de base.

² Comité estimou que este valor será desembolsado em 3 anos, 1/3 por ano.

³ Política centrada na melhoria da produção

Quanto a **base tributária**, o cenário mantém-se inalterável. O crescimento na **produção de cereais**, sobretudo, o arroz deveria crescer de 6% em todo o período da projeção contra 3% no cenário de referência.

Assumindo esses pressupostos, as taxas de crescimento do PIB real situar-se-iam em 4,4% em 2021; 5,8% em 2022; 6,5% em 2023 e 6,7% em 2024.

*
* *
*

Cenário pessimista:

Assumindo uma postura pessimista, os **donativos aos projetos** sofrerão uma queda para se situar, em média anual, em 28,5 mil milhões de FCFA no período 2021-2024 contra 34,7 mil milhões de FCFA no cenário de base, uma queda de 17,9%. Os **financiamentos aos projetos com recursos externos** situar-se-ão, no período em referência, em 20,0 mil milhões de FCFA em média anual contra uma média de 23,8 mil milhões de FCFA no cenário de base. Os esforços internos destinados a financiar o investimento estabular-se-ão, em média anual, em 10,0 mil milhões de FCFA contra 15,2 mil milhões de FCFA no cenário de base.

Tratando-se do **apoio orçamental em donativo** e dos **empréstimos sob forma de apoio orçamental**, não se registrarão alterações em comparação com o cenário base.

Em relação a agricultura, com particular destaque para a **produção e comercialização de caju**, a produção da castanha foi reavaliada para 197,5 mil toneladas, em média anual, contra 210,6 mil toneladas no cenário de referência. O **preço médio ao produtor** da castanha de caju registaria uma queda média anual de 19,5% para se situar em 338 FCFA/Kg no período 2021 a 2024 contra 420 FCFA no cenário de base. A **quantidade da castanha de caju a exportar** (exportação oficial) atingiria apenas 171,1 mil toneladas, em média anual, face às 188,3 mil toneladas previstas no cenário de base. O **preço médio da exportação da castanha de caju** também recuaria de 3,7% em média anual em comparação com cenário de base durante o período da projeção (2021-2024). Em relação a **base tributária**, a média anual retida é de 925 USD/tonelada contra 988 USD/tonelada no cenário *base line*. Os pressupostos da produção cerealífera mantem-se inalterados.

Com essas considerações, a taxa de crescimento do PIB real é estimada em 0,8% para o ano de 2021 e projetada para 3,4% para o ano de 2022; 4,8% para o ano de 2023 e 5,3% para o ano de 2024.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

Há um ano, o Governo adotou políticas de contenção e de apoio a economia a fim de mitigar as primeiras estimativas do impacto económico e social da pandemia da COVID-19. Essas medidas eram de facto necessárias, as estimativas atualizadas constantes desta Nota dão conta de ganhos substâncias nomeadamente no tocante ao crescimento económico que finalmente encolheu de apenas 1,4% contra uma primeira avaliação de 2,3%.

Já para 2021, considerando os três cenários retidos neste exercício de enquadramento, o desempenho da atividade económica deve situar-se no intervalo [0,8% a 4,4%]. A retoma da atividade económica iniciada nos finais de 2020 vai se prosseguir mas a um ritmo lento e progressivo. Para o período 2022 - 2024, espera-se que o crescimento médio anual do PIB real se situe no intervalo [4,4% e 6,3%], a agricultura continuará a exercer o papel impulsionador do PIB.

Embora as perspetivas sejam favoráveis, a estrutura da economia nacional permanece muito frágil devido, entre outros, a sua forte dependência a um único produto “castanha de caju”, que ainda mais é exportada no seu estado bruto. Esta dependência expõe mais de dois terços da população a choques dos termos de troca.

A Guiné-Bissau deve apostar numa estratégia de diversificação da sua economia, seja através de uma ascensão na cadeia de valor – com sistemas de apoio ao mercado e tecnologia agrícola – seja através de capitalização de outras oportunidades no setor agrícola, fundamentais para se impulsionar a resiliência da economia.

A industrialização é uma outra importância crucial. Ela deve permitir a valorização do potencial em agropecuária e fazer da agricultura e da agroindústria os seus principais motores de crescimento.

Os benefícios da diversificação e da industrialização irão a medio prazo favorecer a criação de uma margem orçamental satisfatória permitindo o governo investir em outros domínios de interesse comum.

A curto prazo, esforços devem ser prosseguidos na melhoria da gestão das finanças públicas.

5.2. Recomendação

Considerando o acima exposto, o Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (CEMO) recomenda o seguinte:

- ***A curto prazo:***

- v. Reforçar a disciplina orçamental e preservar a sustentabilidade da dívida pública;
- vi. Imprimir maior controlo na execução das despesas e melhorar a fiscalização na arrecadação das receitas;
- vii. Acelerar o processo de transição fiscal em geral e de aplicação ainda em 2021 do IVA/TVA.
- viii. Privilegiar medidas para melhorar o acesso à educação e à saúde, fortalecer a proteção social;

- ***A médio e longo prazo:***

- vi. Promover e incentivar o acesso ao crédito com apoio a transformação local dos nossos produtos de forma a contribuir para expansão da exportação;
- vii. Promover a mecanização agrícola por forma a apoiar a diversificação e lutar contra a insegurança alimentar;
- viii. Elaborar e implementar uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju por forma a reduzir a pobreza rural;
- ix. Aumentar significativamente o investimento em infraestrutura, incentivar a industrialização e melhorar o desenvolvimento urbano – para sustentar o crescimento inclusivo;
- x. Criar um ambiente de negócio e investimento propício com vista ao desenvolvimento do setor privado e atração de novos investimentos, dotando a GBI de meios adequados ao cumprimento da sua missão;
- xi. Inverter as tendências das despesas públicas tendo em conta o consenso sobre o fato das despesas públicas sobre os setores de agricultura e saúde terem efeitos particularmente forte sobre o crescimento;
- xii. Continuar e acelerar a reestruturação (liquidação, privatização, abertura de capital e contrato de gestão) do setor empresarial público;
- xiii. Elevar a qualidade dos servidores públicos articulando o redimensionamento dos efetivos da administração pública com adoção dos termos de referências específicas e o reforço das capacidades técnicas;
- xiv. Aplicar alternativas inovadoras de financiamento de políticas públicas que não agravam a dívida pública.

ANEXOS

PRODUIT INTERIEUR BRUT, Optique production	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(mio FCFA courants)								
Secteur primaire	310 339	296 760	291 709	303 119	328 797	372 013	390 824	408 535
Agriculture vivrière	132 225	143 518	153 470	173 109	185 547	196 153	208 421	220 858
Noix de cajou	128 296	94 849	78 941	64 982	74 759	104 156	107 185	108 792
Elevage, chasse	23 511	24 820	26 129	28 494	29 867	31 227	32 737	34 323
Sylviculture et exploitation forestière	3 602	6 798	4 599	4 839	4 934	5 082	5 233	5 390
Pêche et aquaculture	22 705	26 775	28 571	31 695	33 690	35 395	37 248	39 172
Secteur secondaire	99 916	114 309	111 775	112 665	112 632	123 428	136 950	157 296
Activités extractives	3 109	3 466	3 482	3 434	3 477	3 651	3 986	4 474
Agroalimentaire	46 939	49 546	46 062	40 964	45 823	51 909	55 257	58 539
Autres industries	22 540	29 808	30 822	34 258	29 815	32 833	39 834	51 641
Electricité - Eau - Assainissement	9 688	9 332	10 420	11 829	12 359	12 937	13 613	14 289
Construction	17 640	22 156	20 989	22 180	21 159	22 098	24 259	28 353
Secteur tertiaire	384 810	390 375	430 330	436 512	439 084	436 828	464 169	490 153
Commerce et réparation	146 266	136 171	138 667	141 031	141 347	126 181	134 895	141 800
Transport et entreposage	39 054	41 895	43 644	33 810	35 822	37 536	40 377	43 190
Information et communication	24 541	25 669	27 992	29 810	28 795	30 900	33 787	36 812
Services Financiers et assurances	18 159	18 873	22 198	23 109	24 230	25 621	27 775	29 525
Autres services	57 125	58 748	63 937	52 878	52 548	54 778	59 049	63 809
Services d'administration publique	99 665	109 020	133 891	155 873	156 341	161 812	168 285	175 017
Total de la valeur ajoutée	795 065	801 444	833 814	852 296	880 514	932 269	991 943	1 055 984
Impôts et taxes nets sur les produits	58 488	53 036	51 293	42 200	52 290	56 410	59 903	62 796
Produit Interieur Brut	853 553	854 480	885 107	894 496	932 803	988 679	1 051 846	1 118 780
Rémunération des salariés	121 933	130 171	150 585	161 993	163 747	171 814	181 525	192 077
Excédent brut d'exploitation / revenus mixtes	667 111	664 201	676 305	683 333	709 761	753 541	803 006	855 957
Revenus mixtes des ménages	499 504	501 036	493 590	495 387	521 239	563 631	599 931	638 930
EBE des sociétés	130 245	122 301	132 527	129 519	129 920	129 256	139 996	151 424
EBE des administrations publiques	37 362	40 864	50 188	58 427	58 602	60 654	63 080	65 603
Salaires secteurs secondaire et tertiaire privés	51 980	54 020	58 501	56 286	57 290	61 476	66 781	72 828
EBE secteurs secondaire et tertiaire privés	324 006	331 217	339 406	326 734	327 723	326 530	354 788	387 324
Poids des branches dans le PIB (prix courants), en %	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(variação em %)								
Secteur primaire	36,4%	34,7%	33,0%	33,9%	35,2%	37,6%	37,2%	36,5%
Agriculture vivrière	15,5%	16,8%	17,3%	19,4%	19,9%	19,8%	19,8%	19,7%
Noix de cajou	15,0%	11,1%	8,9%	7,3%	8,0%	10,5%	10,2%	9,7%
Elevage, chasse	2,8%	2,9%	3,0%	3,2%	3,2%	3,2%	3,1%	3,1%
Sylviculture et exploitation forestière	0,4%	0,8%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Pêche et aquaculture	2,7%	3,1%	3,2%	3,5%	3,6%	3,6%	3,5%	3,5%
Secteur secondaire	11,7%	13,4%	12,6%	12,6%	12,1%	12,5%	13,0%	14,1%
Activités extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Agroalimentaire	5,5%	5,8%	5,2%	4,6%	4,9%	5,3%	5,3%	5,2%
Autres industries	2,6%	3,5%	3,5%	3,8%	3,2%	3,3%	3,8%	4,6%
Electricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,1%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%
Construction	2,1%	2,6%	2,4%	2,5%	2,3%	2,2%	2,3%	2,5%
Secteur tertiaire	45,1%	45,7%	48,6%	48,8%	47,1%	44,2%	44,1%	43,8%
Commerce et réparation	17,1%	15,9%	15,7%	15,8%	15,2%	12,8%	12,8%	12,7%
Transport et entreposage	4,6%	4,9%	4,9%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,9%
Information et communication	2,9%	3,0%	3,2%	3,3%	3,1%	3,1%	3,2%	3,3%
Services Financiers et assurances	2,1%	2,2%	2,5%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%
Autres services	6,7%	6,9%	7,2%	5,9%	5,6%	5,5%	5,6%	5,7%
Services d'administration publique	11,7%	12,8%	15,1%	17,4%	16,8%	16,4%	16,0%	15,6%
Total de la valeur ajoutée	93,1%	93,8%	94,2%	95,3%	94,4%	94,3%	94,3%	94,4%
Impôts et taxes nets sur les produits	6,9%	6,2%	5,8%	4,7%	5,6%	5,7%	5,7%	5,6%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM.

PIB, optique de la production	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(em mio FCFA constants 2015)								
Secteur primaire	264 742	274 135	288 766	297 957	312 293	325 226	336 859	346 990
Agriculture vivrière	120 980	128 594	134 897	148 463	156 363	162 955	170 656	178 283
Noix de cajou	96 240	93 857	102 736	96 394	101 467	106 541	109 098	110 189
Elevage, chasse	25 295	25 965	26 601	27 193	27 863	28 408	29 039	29 688
Sylviculture et exploitation forestière	4 613	6 533	4 468	4 548	4 602	4 667	4 732	4 799
Pêche et aquaculture	17 615	19 186	20 063	21 358	21 997	22 655	23 333	24 031
Secteur secondaire	96 208	108 340	108 184	108 798	106 714	114 805	125 733	143 104
Activités extractives	2 886	3 194	3 233	3 150	3 139	3 242	3 478	3 838
Agroalimentaire	40 127	41 830	38 750	34 732	38 492	42 890	44 866	46 721
Autres industries	24 361	31 236	33 050	36 137	31 049	33 596	40 025	50 966
Électricité - Eau - Assainissement	8 212	7 492	9 326	10 321	10 869	11 412	11 983	12 582
Construction	20 623	24 588	23 825	24 457	23 165	23 665	25 381	28 997
Secteur tertiaire	346 717	351 057	371 806	354 595	362 301	382 428	405 693	429 340
Commerce et réparation	125 959	121 764	124 263	120 209	128 468	140 493	150 122	159 844
Transport et entreposage	37 414	39 659	42 435	33 948	35 854	37 406	39 969	42 513
Information et communication	26 949	28 027	30 269	31 782	30 529	32 483	35 208	38 029
Services Financiers et assurances	17 080	17 592	20 583	21 201	21 879	22 761	24 274	25 385
Autres services	83 429	85 932	93 666	76 806	75 672	78 012	83 130	88 807
Services d'administration publique	55 887	58 083	60 590	70 649	69 899	71 275	72 991	74 762
Total de la valeur ajoutée	707 668	733 532	768 756	761 349	781 308	822 459	868 284	919 434
Impôts et taxes nets sur les produits	44 469	43 873	43 467	39 163	45 788	47 975	49 875	51 186
Produit Interieur Brut	752 137	777 405	812 223	800 512	827 096	870 434	918 141	970 619

Taux de croissance réel du PIB (prix constants 2015)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(variação em %)								
Secteur primaire	3,9%	3,5%	5,3%	3,2%	4,8%	4,1%	3,6%	3,0%
Agriculture vivrière	5,5%	6,3%	4,9%	10,1%	5,3%	4,2%	4,7%	4,5%
Noix de cajou	3,4%	-2,5%	9,5%	-6,2%	5,3%	5,0%	2,4%	1,0%
Elevage, chasse	-7,7%	2,7%	2,4%	2,2%	2,5%	2,0%	2,2%	2,2%
Sylviculture et exploitation forestière	-17,7%	41,6%	-31,6%	1,8%	1,2%	1,4%	1,4%	1,4%
Pêche et aquaculture	24,8%	8,9%	4,6%	6,5%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Secteur secondaire	8,2%	12,6%	-0,1%	0,6%	-1,9%	7,6%	9,5%	13,8%
Activités extractives	2,3%	10,7%	1,2%	-2,6%	-0,4%	3,3%	7,3%	10,3%
Agroalimentaire	0,6%	4,2%	-7,4%	-10,4%	10,8%	11,4%	4,6%	4,1%
Autres industries	5,0%	28,2%	5,8%	9,3%	-14,1%	8,2%	19,1%	27,3%
Électricité - Eau - Assainissement	0,7%	-8,8%	24,5%	10,7%	5,3%	5,0%	5,0%	5,0%
Construction	38,8%	19,2%	-3,1%	2,7%	-5,3%	2,2%	7,3%	14,2%
Secteur tertiaire	5,5%	1,3%	5,9%	-4,6%	2,2%	5,6%	6,1%	5,8%
Commerce et réparation	2,4%	-3,3%	2,1%	-3,3%	6,9%	9,4%	6,9%	6,5%
Transport et entreposage	4,2%	6,0%	7,0%	-20,0%	5,6%	4,3%	6,9%	6,4%
Information et communication	5,7%	4,0%	8,0%	5,0%	-3,9%	6,4%	8,4%	8,0%
Services Financiers et assurances	18,5%	3,0%	17,0%	3,0%	3,2%	4,0%	6,6%	4,6%
Autres services	12,1%	3,0%	9,0%	-18,0%	-1,5%	3,1%	6,6%	6,8%
Services d'administration publique	0,7%	3,9%	4,3%	16,6%	-1,1%	2,0%	2,4%	2,4%
Total de la valeur ajoutée	5,2%	3,7%	4,8%	-1,0%	2,6%	5,3%	5,6%	5,9%
Impôts et taxes nets sur les produits	-2,8%	-1,3%	-0,9%	-9,9%	16,9%	4,8%	3,9%	2,7%
Produit Interieur Brut	4,7%	3,4%	4,5%	-1,4%	3,3%	5,2%	5,5%	5,7%

Poids VA au prix de 2015 (en %)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Secteur primaire	35,2%	35,3%	35,6%	37,2%	37,8%	37,4%	36,7%	35,7%
Agriculture vivrière	16,1%	16,5%	16,6%	18,5%	18,9%	18,7%	18,6%	18,4%
Noix de cajou	12,8%	12,1%	12,6%	12,0%	12,3%	12,2%	11,9%	11,4%
Elevage, chasse	3,4%	3,3%	3,3%	3,4%	3,4%	3,3%	3,2%	3,1%
Sylviculture et exploitation forestière	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%
Pêche et aquaculture	2,3%	2,5%	2,5%	2,7%	2,7%	2,6%	2,5%	2,5%
Secteur secondaire	12,8%	13,9%	13,3%	13,6%	12,9%	13,2%	13,7%	14,7%
Activités extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Agroalimentaire	5,3%	5,4%	4,8%	4,3%	4,7%	4,9%	4,9%	4,8%
Autres industries	3,2%	4,0%	4,1%	4,5%	3,8%	3,9%	4,4%	5,3%
Électricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,0%	1,1%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%
Construction	2,7%	3,2%	2,9%	3,1%	2,8%	2,7%	2,8%	3,0%
Secteur tertiaire	46,1%	45,2%	45,8%	44,3%	43,8%	43,9%	44,2%	44,2%
Commerce et réparation	16,7%	15,7%	15,3%	15,0%	15,5%	16,1%	16,4%	16,5%
Transport et entreposage	5,0%	5,1%	5,2%	4,2%	4,3%	4,3%	4,4%	4,4%
Information et communication	3,6%	3,6%	3,7%	4,0%	3,7%	3,7%	3,8%	3,9%
Services Financiers et assurances	2,3%	2,3%	2,5%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%
Autres services	11,1%	11,1%	11,5%	9,6%	9,1%	9,0%	9,1%	9,1%
Services d'administration publique	7,4%	7,5%	7,5%	8,8%	8,5%	8,2%	7,9%	7,7%
Total de la valeur ajoutée	94,1%	94,4%	94,6%	95,1%	94,5%	94,5%	94,6%	94,7%
Impôts et taxes nets sur les produits	5,9%	5,6%	5,4%	4,9%	5,5%	5,5%	5,4%	5,3%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM.

Contribution a la croissance	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Secteur primaire	1,38	1,25	1,88	1,13	1,79	1,56	1,34	1,10
Agriculture vivrière	0,88	1,01	0,81	1,67	0,99	0,80	0,88	0,83
Noix de cajou	0,45	-0,32	1,14	-0,78	0,63	0,61	0,29	0,12
Elevage, chasse	-0,30	0,09	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,07
Sylviculture et exploitation forestière	-0,14	0,26	-0,27	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Pêche et aquaculture	0,49	0,21	0,11	0,16	0,08	0,08	0,08	0,08
Secteur secondaire	1,02	1,61	-0,02	0,08	-0,26	0,98	1,26	1,89
Activites extractives	0,01	0,04	0,01	-0,01	0,00	0,01	0,03	0,04
Agroalimentaire	0,03	0,23	-0,40	-0,49	0,47	0,53	0,23	0,20
Autres industries	0,16	0,91	0,23	0,38	-0,64	0,31	0,74	1,19
Electricité - Eau - Assainissement	0,01	-0,10	0,24	0,12	0,07	0,07	0,07	0,07
Construction	0,80	0,53	-0,10	0,08	-0,16	0,06	0,20	0,39
Secteur tertiaire	2,50	0,58	2,67	-2,12	0,96	2,43	2,67	2,58
Commerce et réparation	0,41	-0,56	0,32	-0,50	1,03	1,45	1,11	1,06
Transport et entreposage	0,21	0,30	0,36	-1,04	0,24	0,19	0,29	0,28
Information et communication	0,20	0,14	0,29	0,19	-0,16	0,24	0,31	0,31
Services Financiers et assurances	0,37	0,07	0,38	0,08	0,08	0,11	0,17	0,12
Autres services	1,25	0,33	0,99	-2,08	-0,14	0,28	0,59	0,62
Services d'administration publique	0,05	0,29	0,32	1,24	-0,09	0,17	0,20	0,19
Total de la valeur ajoutée	4,89	3,44	4,53	-0,91	2,49	4,98	5,26	5,57
Impôts et taxes nets sur les produits	-0,18	-0,08	-0,05	-0,53	0,83	0,26	0,22	0,14
Produit Interieur Brut	4,71	3,36	4,48	-1,44	3,32	5,24	5,48	5,72

Deflateurs du PIB par branche	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(variação em %)								
Secteur primaire	11,4%	-7,7%	-6,7%	0,7%	3,5%	8,6%	1,4%	1,5%
Agriculture vivrière	-0,7%	2,1%	1,9%	2,5%	1,8%	1,4%	1,5%	1,4%
Noix de cajou	28,5%	-24,2%	-24,0%	-12,3%	9,3%	32,7%	0,5%	0,5%
Elevage, chasse	-3,7%	2,8%	2,8%	6,7%	2,3%	2,5%	2,6%	2,6%
Sylviculture et exploitation forestière	9,6%	33,3%	-1,1%	3,4%	0,8%	1,6%	1,6%	1,6%
Pêche et aquaculture	21,7%	8,3%	2,0%	4,2%	3,2%	2,0%	2,2%	2,1%
Secteur secondaire	4,1%	1,6%	-2,1%	0,2%	1,9%	1,9%	1,3%	0,9%
Activites extractives	1,0%	0,7%	-0,8%	1,2%	1,6%	1,7%	1,8%	1,7%
Agroalimentaire	12,6%	1,3%	0,4%	-0,8%	0,9%	1,7%	1,8%	1,7%
Autres industries	-4,3%	3,1%	-2,3%	1,7%	1,3%	1,8%	1,8%	1,8%
Electricité - Eau - Assainissement	15,8%	5,6%	-10,3%	2,6%	-0,8%	-0,3%	0,2%	0,0%
Construction	-6,0%	5,3%	-2,2%	2,9%	0,7%	2,2%	2,4%	2,3%
Secteur tertiaire	8,9%	0,2%	4,1%	6,4%	-1,6%	-5,7%	0,2%	-0,2%
Commerce et réparation	11,2%	-3,7%	-0,2%	5,1%	-6,2%	-18,4%	0,0%	-1,3%
Transport et entreposage	0,4%	1,2%	-2,6%	-3,2%	0,3%	0,4%	0,7%	0,6%
Information et communication	-0,5%	0,6%	1,0%	1,4%	0,6%	0,9%	0,9%	0,9%
Services Financiers et assurances	6,2%	0,9%	0,5%	1,1%	1,6%	1,6%	1,7%	1,6%
Autres services marchands	1,4%	-0,2%	-0,2%	0,9%	0,9%	1,1%	1,2%	1,2%
Services d'administration publique	21,8%	5,3%	17,7%	-0,2%	1,4%	1,5%	1,6%	1,5%
Total de la valeur ajoutée	9,2%	-2,8%	-0,7%	3,2%	0,7%	0,6%	0,8%	0,5%
Impôts et taxes nets sur les produits	31,5%	-8,1%	-2,4%	-8,7%	6,0%	3,0%	2,2%	2,1%
Produit Interieur Brut	10,5%	-3,1%	-0,9%	2,5%	0,9%	0,7%	0,9%	0,6%

Produit Interieur brut, optique dépenses	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(en mio FCFA courants)								
Produit Interieur Brut	853 553	854 480	885 107	894 496	932 803	988 679	1 051 846	1 118 780
Consommation finale	731 702	746 132	812 416	799 354	854 621	893 109	964 843	1 024 547
Menages	588 913	597 182	632 956	590 542	639 149	678 279	734 662	786 172
Autoconsommation	81 172	83 555	86 344	89 731	93 404	96 707	100 086	103 573
Commercialisee	507 741	513 627	546 612	500 810	545 745	581 572	634 576	682 599
Administrations publiques	142 789	148 951	179 460	208 812	215 472	214 830	230 181	238 375
Investissement	154 670	154 002	197 677	225 493	216 109	227 466	230 743	246 351
Formation brute de capital fixe	153 457	187 654	197 677	194 493	185 582	195 743	206 733	229 040
Privée	91 942	121 870	155 696	121 830	120 482	120 773	124 539	141 806
Publique	61 515	65 785	41 982	72 663	65 100	74 970	82 194	87 234
Variation des stocks	1 213	-33 653	0	31 000	30 527	31 723	24 009	17 311
Exportations nettes	-32 819	-45 654	-124 986	-130 351	-137 926	-131 895	-143 739	-152 118
Exportations	226 485	211 306	170 972	125 345	142 529	155 726	161 121	163 203
Biens	191 379	188 591	145 768	115 045	125 729	133 526	136 854	136 636
Services	35 106	22 715	25 204	10 300	16 800	22 200	24 267	26 567
Importations	259 304	256 960	295 958	255 695	280 455	287 622	304 860	315 322
Biens	202 095	191 585	225 850	211 720	222 002	225 985	238 034	242 933
Services	57 209	65 375	70 107	43 975	58 454	61 637	66 826	72 388

Fonte: INE e CEM.

Produit Interieur brut, optique des dépenses, aux prix de 2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Produit Interieur Brut	773 173	777 405	812 223	800 512	827 096	870 434	918 141	970 619
Consommation finale	683 714	690 780	724 504	699 793	736 002	760 021	810 330	849 784
Menages	557 853	563 927	589 597	542 919	576 514	603 354	644 943	681 035
Autoconsommation	76 891	78 583	80 312	82 079	83 885	85 731	87 617	89 545
Commercialisee	480 962	485 344	509 285	460 840	492 629	517 623	557 325	591 490
Administrations publiques	125 861	126 853	134 907	156 873	159 488	156 668	165 387	168 749
Investissement	149 393	154 344	215 706	229 607	225 488	239 470	245 714	263 733
Formation brute de capital fixe	148 181	184 310	193 749	190 368	176 189	183 461	191 603	211 406
Privee	88 781	126 429	135 667	132 275	116 751	123 224	130 543	149 518
Publique	59 400	57 881	58 082	58 093	59 438	60 237	61 060	61 887
Variation des stocks	1 212	-29 966	21 957	39 239	49 299	56 009	54 111	52 328
Exportations nettes	-59 934	-67 719	-127 986	-128 887	-134 394	-129 058	-137 903	-142 898
Exportations	183 014	166 805	131 812	94 966	104 909	111 552	112 422	110 965
Biens	157 305	150 240	113 526	87 493	92 857	95 806	95 406	92 547
Services	25 709	16 565	18 286	7 474	12 052	15 746	17 017	18 419
Importations	242 948	234 524	259 799	223 854	239 303	240 610	250 326	253 863
Biens	199 153	185 459	207 704	191 501	196 724	196 156	202 607	202 684
Services	43 795	49 065	52 094	32 353	42 579	44 454	47 719	51 179

Taux de croissance réelle des emplois du PIB, (prix constants 2015)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Produit Interieur Brut	7,8%	0,5%	4,5%	-1,4%	3,3%	5,2%	5,5%	5,7%
Consommation finale	6,3%	1,0%	4,9%	-3,4%	5,2%	3,3%	6,6%	4,9%
Menages	6,9%	1,1%	4,6%	-7,9%	6,2%	4,7%	6,9%	5,6%
Autoconsommation	13,4%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
Commercialisee	5,9%	0,9%	4,9%	-9,5%	6,9%	5,1%	7,7%	6,1%
Administrations publiques	3,9%	0,8%	6,3%	16,3%	1,7%	-1,8%	5,6%	2,0%
Investissement	22,0%	3,3%	39,8%	6,4%	-1,8%	6,2%	2,6%	7,3%
Formation brute de capital fixe	22,4%	24,4%	5,1%	-1,7%	-7,4%	4,1%	4,4%	10,3%
Privee	32,8%	42,4%	7,3%	-2,5%	-11,7%	5,5%	5,9%	14,5%
Publique	9,6%	-2,6%	0,3%	0,0%	2,3%	1,3%	1,4%	1,4%
Variation des stocks	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Exportations nettes	-24,6%	-13,0%	-89,0%	-0,7%	-4,3%	4,0%	-6,9%	-3,6%
Exportations	6,4%	-8,9%	-21,0%	-28,0%	10,5%	6,3%	0,8%	-1,3%
Biens	7,8%	-4,5%	-24,4%	-22,9%	6,1%	3,2%	-0,4%	-3,0%
Services	-1,5%	-35,6%	10,4%	-59,1%	61,3%	30,7%	8,1%	8,2%
Importations	10,4%	-3,5%	10,8%	-13,8%	6,9%	0,5%	4,0%	1,4%
Biens	3,5%	-6,9%	12,0%	-7,8%	2,7%	-0,3%	3,3%	0,0%
Services	58,2%	12,0%	6,2%	-37,9%	31,6%	4,4%	7,3%	7,3%

Poids des emplois du PIB aux prix de 2005	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Consommation finale	88,4%	88,9%	89,2%	87,4%	89,0%	87,3%	88,3%	87,6%
Menages	72,2%	72,5%	72,6%	67,8%	69,7%	69,3%	70,2%	70,2%
Autoconsommation	9,9%	10,1%	9,9%	10,3%	10,1%	9,8%	9,5%	9,2%
Commercialisee	62,2%	62,4%	62,7%	57,6%	59,6%	59,5%	60,7%	60,9%
Administrations publiques	16,3%	16,3%	16,6%	19,6%	19,3%	18,0%	18,0%	17,4%
Investissement	19,3%	19,9%	26,6%	28,7%	27,3%	27,5%	26,8%	27,2%
Formation brute de capital fixe	19,2%	23,7%	23,9%	23,8%	21,3%	21,1%	20,9%	21,8%
Privee	11,5%	16,3%	16,7%	16,5%	14,1%	14,2%	14,2%	15,4%
Publique	7,7%	7,4%	7,2%	7,3%	7,2%	6,9%	6,7%	6,4%
Variation des stocks	0,2%	-3,9%	2,7%	4,9%	6,0%	6,4%	5,9%	5,4%
Exportations nettes	-7,8%	-8,7%	-15,8%	-16,1%	-16,2%	-14,8%	-15,0%	-14,7%
Exportations	23,7%	21,5%	16,2%	11,9%	12,7%	12,8%	12,2%	11,4%
Biens	20,3%	19,3%	14,0%	10,9%	11,2%	11,0%	10,4%	9,5%
Services	3,3%	2,1%	2,3%	0,9%	1,5%	1,8%	1,9%	1,9%
Importations	31,4%	30,2%	32,0%	28,0%	28,9%	27,6%	27,3%	26,2%
Biens	25,8%	23,9%	25,6%	23,9%	23,8%	22,5%	22,1%	20,9%
Services	5,7%	6,3%	6,4%	4,0%	5,1%	5,1%	5,2%	5,3%

Fonte: INE e CEM.

Encours en milliards de FCFA	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<i>Stock en fin d'année, en milliards de FCFA</i>								
Circulation fiduciaire	227,1	234,9	235,3	246,5	289,2	314,17	330,2	330,4
Dépôts transférables	78,3	84,2	74,3	88,8	90,3	91,7	95,2	101,4
M1	305,5	319,1	309,6	335,3	379,5	405,9	425,4	431,8
Autres dépôts inclus dans la masse monétaire	38,7	45,9	56,4	63,9	67,1	68,3	67,3	63,7
Masse monétaire (M2)	344,2	365,0	366,0	399,2	446,6	474,1	492,6	495,4
CONTREPARTIES DE LA MASSE MONETAIRE								
Actifs extérieurs nets	226,2	233,0	217,5	270,3	284,3	271,1	259,5	244,0
BCEAO	176,2	169,8	182,4	163,0	208,2	221,0	233,8	246,7
Banques	50,0	63,3	35,1	107,3	76,0	50,1	25,7	-2,7
Créances intérieures	162,2	173,7	197,7	194,4	217,6	240,5	263,8	273,9
Créances nettes sur l'Administration Centrale	61,8	51,7	58,8	47,2	55,8	54,4	55,3	54,9
BCEAO	37,1	43,8	42,6	40,2	29,5	46,3	47,1	46,7
Banques	24,7	7,9	16,2	7,0	26,3	8,1	8,2	8,1
Créances sur l'économie	100,4	122,0	138,9	147,1	161,8	186,1	208,5	219,1
BCEAO	3,2	4,1	4,6	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
Banques	97,2	118,0	134,3	142,7	157,1	181,1	203,1	213,5
Passifs à caractère non monétaire	13,5	19,5	25,7	60,8	22,0	10,7	7,7	7,1
Autres postes nets	30,7	22,2	23,6	4,6	33,4	27,0	22,9	15,4
Total des contreparties de M2	344,2	365,0	365,9	399,2	446,6	474,1	492,6	495,4

Fonte: BCEAO e CEM.

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(EN MILLIARDS DE FCFA)								
RECETTES ET DONCS	143,7	128,6	130,1	132,8	161,4	160,1	172,7	177,5
RECETTES	100,8	98,3	105,6	99,8	121,5	124,8	135,4	137,7
Recettes fiscales	81,3	77,6	79,1	67,8	87,1	95,4	103,7	105,3
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	18,2	20,2	22,8	18,2	23,8	25,1	26,8	28,5
A la charge des personnes physiques	4,9	8,7	9,7	7,8	11,9	12,4	13,1	13,9
Revenus salariaux	4,7	6,5	8,6	6,8	10,8	11,3	12,0	12,7
Função Publica	2,4	3,0	4,6	4,2	6,5	6,7	7,0	7,3
Outros	2,3	3,5	4,1	2,7	4,3	4,6	5,0	5,5
Autres revenus	0,2	2,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
A la charge des sociétés et autres entreprises	13,3	11,5	13,2	10,4	12,0	12,7	13,7	14,6
A la charge des sociétés et autres entreprises	9,9	8,6	9,9	8,6	9,3	9,4	10,2	11,1
A la charge des opérateurs des activités de noix de cajou	3,4	2,9	3,3	1,8	2,6	3,3	3,5	3,5
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur le patrimoine	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur les biens et services	33,6	30,4	30,1	24,6	28,0	30,3	32,6	35,1
Impôts généraux sur les biens et services (ICA, TVA, etc.)	32,1	29,1	30,1	24,6	28,0	30,3	32,6	35,1
sur biens importés	23,7	21,2	19,3	12,6	18,6	19,8	21,1	22,3
sur biens locaux	9,8	9,1	10,7	12,0	9,4	10,5	11,5	12,8
Taxes sur les télécommunications	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres taxes intérieures sur les produits	1,5	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	24,8	22,7	21,1	17,5	24,3	26,1	27,3	27,7
Droits de douane et autres droits à l'importation	15,4	13,0	12,8	14,0	19,0	19,5	20,3	20,7
Taxes sur le riz arroz	2,4	1,7	1,7	1,2	1,9	1,9	1,9	2,2
Taxes sur les produits pétroliers	1,1	1,4	1,1	1,3	0,7	1,2	1,1	1,2
Autres importations	12,9	10,7	10,1	11,5	16,4	16,4	17,3	17,2
Taxes à l'exportation	9,4	9,7	8,3	3,6	5,3	6,6	7,0	7,0
sur les noix de cajou	6,8	5,9	6,5	3,6	5,3	6,6	7,0	7,0
sur autres produits	2,6	3,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres recettes fiscales	4,7	4,1	5,1	7,4	11,0	13,9	16,9	14,0
Cotisations sociales	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dons	42,8	30,3	24,5	33,0	39,9	35,3	37,3	39,8
Projets	40,1	30,3	22,6	23,6	30,0	34,0	36,0	38,8
Programmes (Aides budgétaires)	2,8	0,0	1,9	9,3	9,9	1,3	1,3	1,0
Autres recettes (recettes non fiscales)	19,5	20,7	26,5	32,0	34,4	29,3	31,7	32,3
Revenu de la propriété	6,0	5,6	5,7	8,6	4,0	4,7	6,2	7,0
Licences de pêche	7,0	4,7	4,3	6,1	5,9	5,4	5,8	5,6
Compensation pêche (CEE)	0,6	0,0	8,9	8,9	10,2	10,2	10,2	10,2
Autres recettes de Pêche	0,0	0,0	2,1	3,8	2,3	3,0	3,0	3,0
Licences de Télécommunication	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres (Ventes de biens et services, Amendes, etc.)	5,9	10,2	5,4	4,5	6,0	6,0	6,5	6,5
FUNPI (prélèvement sur noix de cajou)	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	100,4	105,4	123,6	147,9	141,0	140,4	144,1	148,8
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	33,8	37,0	45,5	52,9	53,1	55,0	57,2	59,4
Utilisation de biens et services	20,6	20,0	17,2	19,9	22,8	23,3	23,7	24,2
Consommation de capital fixe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Intérêt dû	5,2	4,9	8,2	12,4	13,0	13,5	13,7	13,7
Aux residents	2,9	2,8	4,8	6,8	8,0	8,4	9,0	9,5
Aux non-residents	2,2	2,1	3,5	5,6	5,1	5,1	4,7	4,3
Subvention (transfers a entreprises)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dons (transfers a administration publique ou organisations internationaux)	24,0	26,1	30,0	26,5	26,6	27,2	27,7	29,4
Prestation Sociale	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres dépenses	16,8	17,4	22,7	36,1	25,4	21,5	21,9	22,1
Solde brut de gestion	43,3	23,1	6,4	-15,1	20,4	19,7	28,6	28,6
Solde net de gestion	43,3	23,1	6,4	-15,1	20,4	19,7	28,6	28,6
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	54,9	59,8	38,2	66,1	62,0	71,4	78,3	83,1
Actifs fixes	54,9	59,8	38,2	66,1	62,0	71,4	78,3	83,1
sur ressources intérieures	2,2	2,0	1,8	9,9	12,0	14,4	17,3	17,3
sur ressources extérieures	52,7	57,8	36,4	56,1	50,0	57,0	61,0	65,8
Autres(Variation de stock ; objet de valeur actifs non produit)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-54,5	-67,0	-56,2	-114,1	-81,5	-87,0	-87,0	-94,2
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-11,6	-36,7	-31,7	-81,2	-41,6	-51,7	-49,7	-54,4
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	3,4	-4,3	-11,6	-45,6	-18,5	-16,5	-12,3	-14,7
AJUSTEMENT BASE CAISSE	0,0	0,6	-0,6	-4,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Variations des arriérés de paiement (réduc. = -)	0,0	0,0	9,6	-8,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Variations internes	0,0	0,0	1,8	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Périodo Complementar	0,0	0,0	0,0	-5,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Paielements des arriérés	0,0	0,0	1,8	-4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0	0,0	7,8	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Dépenses engagées non payées	0,0	0,6	-10,2	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-54,5	-66,4	-56,8	-118,5	-81,5	-87,0	-87,0	-94,2
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-11,6	-36,1	-32,3	-85,5	-41,6	-51,7	-49,7	-54,4
TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET PASSIFS (FINANCEMENT)	11,6	36,1	32,3	85,5	41,6	51,7	49,7	54,4
acquisition net d'actifs financiers	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
interieur(y compris recettes de privatisation)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
exterieur	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
or monetaire et DTS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Acumulation Net du passif	41,7	40,5	45,0	94,5	41,7	48,7	46,5	52,6
Creancier interieur (Financement interieur net)	9,6	14,9	33,1	47,9	26,9	43,3	40,0	48,4
Financement bancaire (net)	9,6	14,9	33,1	51,4	28,4	46,3	43,0	51,4
BCEAO hors FMI (net)	-1,0	5,3	-1,1	-3,0	1,0	0,0	0,0	0,0
FMI (net)	-0,4	-0,4	-0,4	-0,8	0,0	1,4	1,4	1,4
Banques commerciales (net)	10,9	9,9	34,5	55,2	27,4	44,9	41,6	50,0
Financement non bancaire (net)	0,0	0,0	0,0	-3,4	-1,5	-3,0	-3,0	-3,0
Transferts en provenance des entreprises publiques	0,0	0,0	0,0	-3,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Variation des arriérés de paiement sur la dette intérieure (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements intérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,5	-3,0	-3,0	-3,0
Creancier exterieur (Financement exterieur NET)	32,2	25,6	11,9	46,5	14,8	5,4	6,5	4,2
Tirages	12,7	27,5	13,8	54,5	31,1	23,0	25,0	27,0
Prêts Projets	12,7	27,5	13,8	32,5	20,0	23,0	25,0	27,0
Prêts Programmes	0,0	0,0	0,0	22,0	11,1	0,0	0,0	0,0
Autres tirages	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissement dû	-2,5	-1,9	-4,8	-10,7	-16,3	-17,6	-18,5	-22,8
Variation des arriérés de paiement extérieurs	-3,1	0,0	2,9	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements extérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-30,1	-4,4	-12,6	-9,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonds en route (différence du champ de la PNG)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Erreurs et omissions	-30,1	-4,4	-12,6	-9,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Gap à financer (en projection)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,2	1,8

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT EN % DU PIB	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECETTES ET DONS	16,8%	15,0%	14,7%	14,8%	17,3%	16,2%	16,4%	15,9%
RECETTES BUDGETAIRES	11,8%	11,5%	11,9%	11,2%	13,0%	12,6%	12,9%	12,3%
Recettes fiscales	9,5%	9,1%	8,9%	7,6%	9,3%	9,7%	9,9%	9,4%
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	2,1%	2,4%	2,6%	2,0%	2,6%	2,5%	2,6%	2,6%
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impôts sur le patrimoine	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%
Impôts sur les biens et services	3,9%	3,6%	3,4%	2,8%	3,0%	3,1%	3,1%	3,1%
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	2,9%	2,7%	2,4%	2,0%	2,6%	2,6%	2,6%	2,5%
Droits à l'importation	1,8%	1,5%	1,4%	1,6%	2,0%	2,0%	1,9%	1,8%
Taxes à l'exportation	1,1%	1,1%	0,9%	0,4%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%
sur les noix de cajou	0,8%	0,7%	0,7%	0,4%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%
sur autres produits	0,3%	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres recettes fiscales	0,5%	0,5%	0,6%	0,8%	1,2%	1,4%	1,6%	1,3%
Dons	5,0%	3,5%	2,8%	3,7%	4,3%	3,6%	3,5%	3,6%
Projets	4,7%	3,5%	2,6%	2,6%	3,2%	3,4%	3,4%	3,5%
Programmes (Aides budgétaires)	0,3%	0,0%	0,2%	1,0%	1,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Autres recettes (recettes non fiscales)	2,3%	2,4%	3,0%	3,6%	3,7%	3,0%	3,0%	2,9%
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	11,8%	12,3%	14,0%	16,5%	15,1%	14,2%	13,7%	13,3%
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	4,0%	4,3%	5,1%	5,9%	5,7%	5,6%	5,4%	5,3%
Utilisation de biens et services	2,4%	2,3%	1,9%	2,2%	2,4%	2,4%	2,3%	2,2%
Intérêt dû	0,6%	0,6%	0,9%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%	1,2%
Intérêt sur dette intérieure	0,3%	0,3%	0,5%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%
Intérêt sur dette étrangère	0,3%	0,2%	0,4%	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%
Dons (subventions et transferts)	2,8%	3,1%	3,4%	3,0%	2,9%	2,7%	2,6%	2,6%
Autres charges courantes	2,0%	2,0%	2,6%	4,0%	2,7%	2,2%	2,1%	2,0%
Dépenses des fonds spéciaux & fonds annexes	5,1%	2,7%	0,7%	-1,7%	2,2%	2,0%	2,7%	2,6%
Solde net de gestion	5,1%	2,7%	0,7%	-1,7%	2,2%	2,0%	2,7%	2,6%
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	6,4%	7,0%	4,3%	7,4%	6,6%	7,2%	7,4%	7,4%
sur ressources intérieures	0,3%	0,2%	0,2%	1,1%	1,3%	1,5%	1,6%	1,5%
sur ressources extérieures	6,2%	6,8%	4,1%	6,3%	5,4%	5,8%	5,8%	5,9%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-6,4%	-7,8%	-6,4%	-12,8%	-8,7%	-8,8%	-8,3%	-8,4%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-1,4%	-4,3%	-3,6%	-9,1%	-4,5%	-5,2%	-4,7%	-4,9%
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	0,4%	-0,5%	-1,3%	-5,1%	-2,0%	-1,7%	-1,2%	-1,3%
AJUSTEMENT BASE CAISSE	0,0%	0,1%	-0,1%	-0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Variations des arriérés de paiement (réduc. = -)	0,0%	0,0%	1,1%	-0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Variations internes	0,0%	0,0%	0,2%	-1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Période Complémentar	0,0%	0,0%	0,0%	-0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Paiements des arriérés	0,0%	0,0%	0,2%	-0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0%	0,0%	0,9%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Dépenses engagées non payées	0,0%	0,1%	-1,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-6,4%	-7,8%	-6,4%	-13,2%	-8,7%	-8,8%	-8,3%	-8,4%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-1,4%	-4,2%	-3,7%	-9,6%	-4,5%	-5,2%	-4,7%	-4,9%
TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET PASSIFS (FINANCEMENT)	1,4%	4,2%	3,7%	9,6%	4,5%	5,2%	4,7%	4,9%
FINANCEMENT INTERIEUR NET	1,1%	1,7%	3,7%	5,4%	2,9%	4,4%	3,8%	4,3%
Financement bancaire (net)	1,1%	1,7%	3,7%	5,7%	3,0%	4,7%	4,1%	4,6%
Financement non bancaire (net)	0,0%	0,0%	0,0%	-0,4%	-0,2%	-0,3%	-0,3%	-0,3%
FINANCEMENT EXTERIEUR NET	3,8%	3,0%	1,3%	5,2%	1,6%	0,5%	0,6%	0,4%
Tirages	1,5%	3,2%	1,6%	6,1%	3,3%	2,3%	2,4%	2,4%
Amortissement dû	-0,3%	-0,2%	-0,5%	-1,2%	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-2,0%
Variation des arriérés de paiement extérieurs	-0,4%	0,0%	0,3%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres financements extérieurs (net)	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-3,5%	-0,5%	-1,4%	-1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Gap à financer (en projection)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%	0,2%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

BALANCE DES PAIEMENTS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
en milliards de FCFA								
Compte des transactions courantes	2,2	-30,1	-74,7	-42,5	-60,4	-69,6	-79,7	-83,5
Biens et services	-41,5	-43,7	-123,3	-129,4	-139,0	-135,9	-147,7	-151,4
Balance des biens FOB	28,3	25,7	-50,6	-65,0	-63,0	-58,6	-65,5	-69,9
Exportations de biens FOB	197,5	188,6	145,8	115,0	125,7	133,5	136,9	136,6
Noix de cajou	189,1	142,5	130,7	110,4	120,6	128,4	130,9	131,0
Poissons et crevettes	1,0	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8
Bois	0,0	44,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Phosphates	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coton	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Divers	7,4	0,7	14,4	4,0	4,5	4,4	5,2	4,9
dont Produits de l'agriculture vivrière	0,2	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8
dont commerce intra-UEMOA	6,4	5,0	6,2	7,1	7,5	8,6	9,6	10,6
Importations de biens FOB	-169,2	-162,9	-196,4	-180,0	-188,7	-192,1	-202,4	-206,5
Importations de biens CAF	-205,4	-191,6	-225,9	-211,7	-222,0	-226,0	-238,0	-242,9
Produits alimentaires	-72,8	-64,3	-68,7	-69,8	-69,3	-64,6	-72,2	-77,9
Autres biens de consommation courante	-15,9	-10,6	-16,2	-15,8	-17,2	-16,6	-18,1	-19,5
Produits pétroliers	-35,4	-39,4	-38,1	-35,2	-39,4	-42,6	-45,7	-49,1
Biens intermédiaires	-27,5	-25,9	-26,4	-24,5	-25,7	-27,8	-29,9	-32,6
Biens d'équipement	-29,7	-30,7	-52,9	-37,6	-39,8	-41,8	-44,2	-48,0
Autres biens	-24,0	-20,6	-23,5	-28,8	-30,6	-32,7	-27,9	-15,8
dont commerce intra-UEMOA	-40,4	51,7	-51,5	-42,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Balance des services	-69,8	-69,4	-72,6	-64,5	-76,0	-77,3	-82,1	-81,5
Crédit	20,2	22,7	25,2	10,3	16,8	22,2	24,3	26,6
Débit	-90,1	-92,1	-97,8	-74,8	-92,8	-99,5	-106,4	-108,1
Autres services (hors transport et voyages)	-8,8	-12,3	-4,1	-16,4	-9,9	0,5	-4,5	-5,7
Crédit	10,6	11,6	14,1	3,6	9,5	11,9	12,1	11,4
Débit	-19,3	-23,9	-18,2	-20,0	-19,4	-11,4	-16,6	-17,1
Fret et assurances	-33,7	-26,7	-27,5	-30,5	-34,4	-37,9	-39,6	-35,7
Crédit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	-33,7	-26,7	-27,5	-30,5	-34,4	-37,9	-39,6	-35,7
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	21,4%	17,6%	15,0%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%
Autres transports	-0,1	0,0	-1,0	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1
Crédit	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2
Débit	-0,2	-0,1	-1,1	-0,3	-0,2	-0,2	-0,3	-0,3
Voyages	-27,3	-30,4	-40,0	-17,4	-31,5	-39,7	-38,0	-40,0
Crédit	9,5	11,0	11,1	6,6	7,3	10,3	12,0	15,0
Débit	-36,8	-41,4	-51,0	-24,0	-38,8	-50,0	-50,0	-55,0
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	8,4	-28,4	15,5	15,3	15,5	15,8	16,5	16,8
Rémunération des salariés	8,5	9,3	8,8	0,1	-0,8	-1,1	-1,1	-3,6
Crédit	17,6	18,2	25,5	12,1	11,8	12,7	11,7	11,0
Débit	-9,1	-8,9	-16,8	-12,0	-12,6	-13,8	-12,8	-14,6
Revenus des investissements	-5,4	-42,2	-7,8	-3,7	-2,4	-0,8	0,4	1,5
Crédit	4,2	8,1	6,1	10,0	10,7	12,4	13,2	13,9
Débit	-9,6	-50,3	-13,9	-13,7	-13,2	-13,2	-12,8	-12,4
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-2,2	-2,1	-3,5	-5,6	-5,1	-5,1	-4,7	-4,3
Autres intérêts et ajustements	-7,4	-48,2	-10,4	-8,1	-8,1	-8,1	-8,1	-8,1
Dividendes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres revenus primaires (Solde)	5,2	4,5	14,6	18,9	18,7	17,6	17,2	18,8
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-26,1	-55,8	-24,0	22,4	2,7	-11,0	-14,1	-13,6
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	35,4	42,1	33,1	71,6	63,2	50,5	51,5	51,2
Administrations publiques (Solde)	9,6	10,2	10,0	21,5	26,9	21,3	21,3	21,0
Crédit	9,6	10,2	10,0	21,5	26,9	21,3	21,3	21,0
Aide budgétaire au Trésor	2,8	0,0	1,9	9,3	9,9	1,3	1,3	1,0
Autres	6,8	10,2	8,1	12,2	17,0	20,0	20,0	20,0
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	25,8	31,9	23,1	50,1	36,3	29,1	30,2	30,2
Economies sur salaires (Solde)	24,5	30,2	22,4	49,9	35,0	27,5	28,4	28,4
Crédit	43,4	52,8	63,0	64,3	50,0	43,1	44,6	45,2
Débit	-18,9	-22,6	-40,7	-14,4	-15,0	-15,6	-16,2	-16,8
Autres transferts (Solde)	1,3	1,6	0,7	0,2	1,3	1,7	1,8	1,8
Crédit	1,3	2,5	0,9	0,2	1,6	2,0	2,0	2,0
Débit	0,0	-0,8	-0,2	0,0	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	2,2	-30,1	-74,7	-42,5	-60,4	-69,6	-79,7	-83,5
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-33,2	-72,1	-107,7	-114,1	-123,5	-120,1	-131,2	-134,6
COMPTE DE CAPITAL (Solde)	60,6	23,4	16,3	23,0	22,8	23,2	25,2	29,0
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	-0,7	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	-0,7	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transfert en capital (Solde)	61,3	23,8	16,3	23,0	22,8	23,2	25,2	29,0
Publics	59,9	22,1	14,7	21,8	18,0	20,0	21,0	23,8
Crédit	59,9	22,1	14,7	21,8	18,0	20,0	21,0	23,8
projets inscrits au PIP et TOFE	40,1	30,3	22,6	23,6	30,0	34,0	36,0	38,8
autres projets non PIP (FBCF) et ajust.	-5,2	-8,2	-7,9	-1,8	-12,0	-14,0	-15,0	-15,0
Remises de dettes	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	1,4	1,7	1,6	1,2	4,8	3,2	4,2	5,2
Crédit	1,4	1,7	1,6	1,2	4,8	3,2	4,2	5,2
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
COMPTE FINANCIER (Solde)	35,3	-19,6	-46,5	-70,9	-34,5	-29,8	-29,0	-33,4
Investissements directs (Solde)	-8,9	-11,6	-41,8	-7,0	-20,1	-13,6	-15,6	-15,6
Crédit	-0,2	0,2	-0,2	0,0	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2
Débit	9,1	11,4	42,0	7,0	20,3	13,8	15,8	15,8
Investissements de portefeuille (Solde)	-8,5	-18,2	-17,6	-48,7	-21,9	-35,9	-33,3	-40,0
Derivé financier	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres investissements	52,7	10,3	12,9	-15,2	7,5	19,7	19,8	22,2
Administrations publiques	15,4	-23,9	-10,7	-47,4	-14,8	-5,4	-6,5	-4,2
Tirages	12,7	27,5	13,8	58,1	31,1	23,0	25,0	27,0
pour projets inscrits au PIP et TOFE	12,7	27,5	13,8	32,5	20,0	23,0	25,0	27,0
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0	0,0	0,0	22,0	11,1	0,0	0,0	0,0
financements exceptionnels et autres	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissements dûs	-28,1	-3,6	-3,1	-10,7	-16,3	-17,6	-18,5	-22,8
assurés par le budget	-2,5	-1,9	-4,8	-10,7	-16,3	-17,6	-18,5	-22,8
autres	-25,6	-1,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	37,3	34,2	23,6	32,2	22,3	25,1	26,3	26,4
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	22,9	95,9	3,8	-30,2	-47,9	-11,7	-6,6	-3,8
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-8,9	-4,0	-3,5	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
S O L D E G L O B A L	18,5	8,9	-15,3	52,8	-3,1	-16,6	-25,4	-21,1
Ecart d'évaluation	5,5	-2,1	-0,2	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Variation avoirs ext. off. nets (augmentation = -)	-24,0	-6,8	15,5	-52,7	3,1	16,6	25,4	21,1
GAP DE FINANCEMENT								
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	176,2	169,8	182,4	163,0	159,9	143,3	117,9	96,8
Nombre de mois d'importations de biens et services	8,4	8,2	8,0	7,4	7,7	6,8	5,9	4,6

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

BALANCE DES PAIEMENTS (%PIB)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Compte des transactions courantes	0,3%	-3,5%	-8,4%	-4,8%	-6,5%	-7,0%	-7,6%	-7,5%
Biens et services	-4,9%	-5,1%	-13,9%	-14,5%	-14,9%	-13,7%	-14,0%	-13,5%
Balance des biens	3,3%	3,0%	-5,7%	-7,3%	-6,8%	-5,9%	-6,2%	-6,2%
Exportations de biens FOB	23,1%	22,1%	16,5%	12,9%	13,5%	13,5%	13,0%	12,2%
Noix de cajou	22,2%	16,7%	14,8%	12,3%	12,9%	13,0%	12,4%	11,7%
Poissons et crevettes	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Bois	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coton	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Divers	0,9%	0,1%	1,6%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,4%
dont Produits de l'agriculture vivrière	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
dont commerce intra-UEMOA	0,8%	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%
Importations de biens FOB	-19,8%	-19,1%	-22,2%	-20,1%	-20,2%	-19,4%	-19,2%	-18,5%
Importations de biens CAF	-24,1%	-22,4%	-25,5%	-23,7%	-23,8%	-22,9%	-22,6%	-21,7%
Produits alimentaires	-8,5%	-7,5%	-7,8%	-7,8%	-7,4%	-6,5%	-6,9%	-7,0%
Autres biens de consommation courante	-1,9%	-1,2%	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-1,7%	-1,7%	-1,7%
Produits pétroliers	-4,1%	-4,6%	-4,3%	-3,9%	-4,2%	-4,3%	-4,3%	-4,4%
Biens intermédiaires	-3,2%	-3,0%	-3,0%	-2,7%	-2,8%	-2,8%	-2,8%	-2,9%
Biens d'équipement	-3,5%	-3,6%	-6,0%	-4,2%	-4,3%	-4,2%	-4,2%	-4,3%
Autres biens	-2,8%	-2,4%	-2,7%	-3,2%	-3,3%	-3,3%	-2,7%	-1,4%
dont commerce intra-UEMOA	-4,7%	6,1%	-5,8%	-4,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balance des services	-8,2%	-8,1%	-8,2%	-7,2%	-8,1%	-7,8%	-7,8%	-7,3%
Crédit	2,4%	2,7%	2,8%	1,2%	1,8%	2,2%	2,3%	2,4%
Débit	-10,6%	-10,8%	-11,1%	-8,4%	-9,9%	-10,1%	-10,1%	-9,7%
Autres services (hors transport et voyages)	-1,0%	-1,4%	-0,5%	-1,8%	-1,1%	0,1%	-0,4%	-0,5%
Crédit	1,2%	1,4%	1,6%	0,4%	1,0%	1,2%	1,1%	1,0%
Débit	-2,3%	-2,8%	-2,1%	-2,2%	-2,1%	-1,2%	-1,6%	-1,5%
Fret et assurances	-3,9%	-3,1%	-3,1%	-3,4%	-3,7%	-3,8%	-3,8%	-3,2%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-3,9%	-3,1%	-3,1%	-3,4%	-3,7%	-3,8%	-3,8%	-3,2%
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres transports	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Voyages	-3,2%	-3,6%	-4,5%	-1,9%	-3,4%	-4,0%	-3,6%	-3,6%
Crédit	1,1%	1,3%	1,3%	0,7%	0,8%	1,0%	1,1%	1,3%
Débit	-4,3%	-4,8%	-5,8%	-2,7%	-4,2%	-5,1%	-4,8%	-4,9%
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	1,0%	-3,3%	1,8%	1,7%	1,7%	1,6%	1,6%	1,5%
Rémunération des salariés	1,0%	1,1%	1,0%	0,0%	-0,1%	-0,1%	-0,1%	-0,3%
Crédit	2,1%	2,1%	2,9%	1,4%	1,3%	1,3%	1,1%	1,0%
Débit	-1,1%	-1,0%	-1,9%	-1,3%	-1,3%	-1,4%	-1,2%	-1,3%
Revenus des investissements	-0,6%	-4,9%	-0,9%	-0,4%	-0,3%	-0,1%	0,0%	0,1%
Crédit	0,5%	0,9%	0,7%	1,1%	1,2%	1,3%	1,3%	1,2%
Débit	-1,1%	-5,9%	-1,6%	-1,5%	-1,4%	-1,3%	-1,2%	-1,1%
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-0,3%	-0,2%	-0,4%	-0,6%	-0,5%	-0,5%	-0,4%	-0,4%
Autres intérêts et ajustements	-0,9%	-5,6%	-1,2%	-0,9%	-0,9%	-0,8%	-0,8%	-0,7%
Dividendes	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres revenus primaires (Solde)	0,6%	0,5%	1,6%	2,1%	2,0%	1,8%	1,6%	1,7%
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-3,1%	-6,5%	-2,7%	2,5%	0,3%	-1,1%	-1,3%	-1,2%
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	4,1%	4,9%	3,7%	8,0%	6,8%	5,1%	4,9%	4,6%
Administrations publiques (Solde)	1,1%	1,2%	1,1%	2,4%	2,9%	2,2%	2,0%	1,9%
Crédit	1,1%	1,2%	1,1%	2,4%	2,9%	2,2%	2,0%	1,9%
Aide budgétaire au Trésor	0,3%	0,0%	0,2%	1,0%	1,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Autres	0,8%	1,2%	0,9%	1,4%	1,8%	2,0%	1,9%	1,8%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	3,0%	3,7%	2,6%	5,6%	3,9%	2,9%	2,9%	2,7%
Economies sur salaires (Solde)	2,9%	3,5%	2,5%	5,6%	3,7%	2,8%	2,7%	2,5%
Crédit	5,1%	6,2%	7,1%	7,2%	5,4%	4,4%	4,2%	4,0%
Débit	-2,2%	-2,6%	-4,6%	-1,6%	-1,6%	-1,6%	-1,5%	-1,5%
Autres transferts (Solde)	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Crédit	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Débit	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	0,3%	-3,5%	-8,4%	-4,8%	-6,5%	-7,0%	-7,6%	-7,5%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-3,9%	-8,4%	-12,2%	-12,8%	-13,2%	-12,1%	-12,5%	-12,0%
COMPTE DE CAPITAL (Solde)	7,1%	2,7%	1,8%	2,6%	2,4%	2,3%	2,4%	2,6%
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TRANSFERTS EN CAPITAL (Solde)	7,2%	2,8%	1,8%	2,6%	2,4%	2,3%	2,4%	2,6%
Publics	7,0%	2,6%	1,7%	2,4%	1,9%	2,0%	2,0%	2,1%
Crédit	7,0%	2,6%	1,7%	2,4%	1,9%	2,0%	2,0%	2,1%
projets inscrits au PIP et TOFE	4,7%	3,5%	2,6%	2,6%	3,2%	3,4%	3,4%	3,5%
autres projets non PIP (BFCE) et ajust.	-0,6%	-1,0%	-0,9%	-0,2%	-1,3%	-1,4%	-1,4%	-1,3%
Remises de dettes	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,5%	0,3%	0,4%	0,5%
Crédit	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,5%	0,3%	0,4%	0,5%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMPTE FINANCIER (Solde)	4,1%	-2,3%	-5,3%	-7,9%	-3,7%	-3,0%	-2,8%	-3,0%
Investissements directs (Solde)	-1,0%	-1,4%	-4,7%	-0,8%	-2,2%	-1,4%	-1,5%	-1,4%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	1,1%	1,3%	4,7%	0,8%	2,2%	1,4%	1,5%	1,4%
Investissements de portefeuille (Solde)	-1,0%	-2,1%	-2,0%	-5,4%	-2,3%	-3,6%	-3,2%	-3,6%
Autres investissements	6,2%	1,2%	1,5%	-1,7%	0,8%	2,0%	1,9%	2,0%
Administrations publiques	1,8%	-2,8%	-1,2%	-5,3%	-1,6%	-0,5%	-0,6%	-0,4%
Tirages	1,5%	3,2%	1,6%	6,5%	3,3%	2,3%	2,4%	2,4%
pour projets inscrits au PIP et TOFE	1,5%	3,2%	1,6%	3,6%	2,1%	2,3%	2,4%	2,4%
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%
financements exceptionnels et autres	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Amortissements dus	-3,3%	-0,4%	-0,3%	-1,2%	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-2,0%
assurés par le budget	-0,3%	-0,2%	-0,5%	-1,2%	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-2,0%
autres	-3,0%	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	4,4%	4,0%	2,7%	3,6%	2,4%	2,5%	2,5%	2,4%
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	11,2%	0,4%	-3,4%	-5,4%	-1,3%	-0,7%	-0,4%	-0,4%
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-1,0%	-0,5%	-0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
S O L D E G L O B A L	2,2%	1,0%	-1,7%	5,9%	-0,3%	-1,7%	-2,4%	-1,9%
Ecart d'évaluation	0,6%	-0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Variation avoirs ext. off. nets (augmentation = -)	-2,8%	-0,8%	1,8%	-5,9%	0,3%	1,7%	2,4%	1,9%
GAP DE FINANCEMENT								
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	20,6%	19,9%	20,6%	18,2%	17,1%	14,5%	11,2%	8,7%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.